



### **IMA: escrevivências\***

Intervenções urbanas e publicações independentes  
com escritas de mulheres negras

\*com base no conceito cunhado por Conceição Evaristo.

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
**Caroline Aquino da Silva**

Trabalho de Conclusão de Curso  
**Comunicação Visual Design**

Orientação: Julie Pires

# Agradecimentos

Aos meus pais e irmão, por todo suporte, admiração, incentivo e carinho que proporcionaram, não apenas no decorrer da minha graduação, mas em todas as fases da minha vida.

A minha tia Ely e minha "primadrinha" Fátima, por todo o amor recebido e os valores ensinados, e também a todos os outros integrantes da minha família, que, a trancos e barrancos, me fizeram quem sou.

A todos os meus amigos, mas em especial à Talytha Pinheiro, Natasha Wendhausen, Laíza Sardinha, Felipe Conrado, Jackelyne de Oliveira e Luanna Mendes, que me ajudaram em diversas etapas desse projeto, fosse de forma prática ou afetiva.

A minha orientadora Julie Pires, por todos os ensinamentos enquanto professora ao longo da minha graduação, e também por uma orientação de Trabalho de Conclusão de Curso repleta de apoio, e aberta ao diálogo e à compreensão.

Às grandes mulheres que me despertaram tanta admiração intelectual e tornaram-se fontes de inspiração durante minha trajetória na UFRJ: Giovana Xavier, Bárbara Emanuel, Dandara Dantas, Maria Luiza Rovaris e Cláudia Elias.

Ao professor Pedro Sánchez, que possibilitou uma abertura técnica e teórica em meus conhecimentos quanto aos modos de fazer e projetar, fator de extrema importância na construção deste projeto.

À Marília Pereira, Stéphane Marçal, Nathália Braga, Aza Noar, Lella Feix, Joana Dark, Mariana Ferreira, Karine Santanna e Ana Lúcia Lourenço, que contribuíram com suas incríveis escrituras, que edificaram e motivaram todo o desenvolvimento deste projeto.

**RESUMO:** Projeto que aborda questões sociais relativas à mulher negra e as interseccionalidades que permeiam essas questões. Discussões políticas serão retratadas através de composições poéticas, buscando a profundidade das vivências e afetividades da mulher negra. A publicação é fundamentada no conceito de "escrevivências", cunhado pela escritora Conceição Evaristo. O projeto tem como principal objetivo reunir as narrativas e relatos de mulheres negras, criando um espaço de ampliação e propagação de suas vozes e experiências, bem como reforçar a importância da escrita e da manifestação artística de grupos socialmente marginalizados, mais especificamente do sujeito social mulher negra. Serão explorados os limites e alcances da publicação independente, com propostas artísticas e intervenções urbanas. É um projeto de caráter experimental em suas duas vertentes: no âmbito da criação imagética, que irá propôr a abordagem de temas políticos e acadêmicos de forma artística e metafórica, e na produção, que deverá sustentar uma proposta visual interessante e atrativa e ao mesmo tempo prezando pela viabilidade de um projeto de baixo custo.

**PALAVRAS-CHAVE:** (1) publicação independente; (2) mulher negra; (3) vivências socio-políticas; (4) questões raciais e de gênero; (5) intervenções urbanas.

# Sumário

*p. 06* ..... **1.** Introdução

*p. 09* ..... **2.** Brasil e o mito da democracia racial

*p. 17* ..... **3.** Interseccionalidades: mulher e negra

*p. 19* ..... 3.1 O movimento feminista e o silenciamento de mulheres negras

*p. 26* ..... 3.2 O feminismo negro no Brasil

*p. 31* ..... 3.3 Mulheres negras e escritas de si

*p. 36* ..... **4.** IMA: irreverências

*p. 37* ..... 4.1 Publicações independentes e atuação política

*p. 41* ..... 4.2 Intervenções urbanas: a reconfiguração do espaço público  
como ato político

*p. 43* ..... **5.** IMA: o projeto

*p. 44* ..... 5.1 Ações

*p. 57* ..... 5.2 Composição visual

*p. 59* ..... 5.3 Conclusões e metas

*p. 60* ..... **6.** Referências Bibliográficas

**1**

## **INTRODUÇÃO**

No segundo semestre de 2017, eu tive a oportunidade de cursar a disciplina Intelectuais Negras, ministrada pela professora Giovana Xavier. A experiência possibilitou-me uma série de aberturas e questionamentos. Estando em uma sala dentro de uma Universidade em que a maioria dos estudantes eram negros, eu pude, durante todo aquele semestre, compôr a experiência mais enriquecedora de toda a minha graduação.

Em várias aulas havia o momento em que compartilhávamos vivências nossas —por vezes, muito dolorosas— uns com os outros, pessoas que havíamos acabado de conhecer, mas que, ao mesmo tempo, eram extremamente munidos de compreensão e acolhimento. O acolhimento partia da consciência de nossas individualidades e também de nossas experiências em comum: os impactos e sequelas provenientes de uma sociedade racista.

Enquanto aprendíamos sobre a obra e vida de grandes artistas negras, que foram desviadas dos livros de história e das grades curriculares, aprendíamos também sobre nós, sobre nossa ancestralidade e nossa inserção na sociedade. Aprendíamos, também, a valorizar um espaço como aquele, a entender a importância da escuta e dos afetos em nossas vidas e na militância. Aprendíamos que a nossa fala —e a nossa insistência em falar— possui uma importância política.

Sobre vivências, hoje vejo-me em uma transmutação social de uma mulher negra de classe média, que possui os privilégios da educação e da conscientização política, e que carrega ainda a criança que fui, brincando num quintal na favela, tomando banho de tanque e vendo os furos de bala nos muros, sem nem

entender direito o que seria "consciência de classe" ou "dívida histórica". Hoje entendo que o passado é capaz de explicar muitas coisas sobre o nosso presente. Às vezes muitas coisas mais do que somos capazes de perceber.

Hoje, sendo a primeira da família a estar em uma Universidade Federal, e adquirindo, através desta, as consciências e conhecimentos que me permitiram entender um pouco os motivos da sociedade configurar-se de tal forma, vendo com olhos críticos e não-naturalizadores a minha realidade, de minha família e de nossos semelhantes, eu escolhi transformar a soma do privilégio e da frustração política no desejo de impelir mudança.

Dou-me a liberdade, com o apoio de grandes professoras, a falar sobre mim e a escrever na primeira pessoa nesta introdução de trabalho acadêmico, pois reconheço que o projeto é justamente sobre isso: sobre falarmos de nós mesmas, nós mulheres negras, na primeira pessoa.

Penso nas mulheres negras artistas e escritoras com trabalhos incríveis e que não são devidamente reconhecidas. Penso na história de minha mãe, de minha vó, de todas as mulheres negras de minha família e em suas existências e resistências. Penso em todas as mulheres, no Brasil e no mundo, que além de sofrerem as limitações do "ser mulher", sofrem com as opressões raciais e de classe.

Penso em Marielle, brutalmente silenciada neste ano de 2018. Lembro, também, do evento "Mulheres na Política", que aconteceu no final de 2017, a única vez que vi Marielle pessoalmente. O lema do evento era "*quando uma sobe, puxa a outra*". Essa

frase era repetida ao final da fala de toda mulher que subia ao palco, chamando a próxima a falar.

Chego ao fim desta graduação com a crença no design enquanto mecanismo de mudança e impulsionador da reflexão socio-política. O designer, enquanto comunicador, pode apropriar-se desta função social para evidenciar as invisibilidades sociais, para conscientizar e para abrir locais de fala através de soluções visuais inovadoras e funcionais. Desta forma, podemos tornar o ato de projetar algo não unicamente mercadológico, mas também uma prática política e humanitária.

Para isso, é necessário que o designer esteja consciente da realidade social em que estamos inseridos. Em um projeto, a busca pelo entendimento de um problema não deve nunca ser uma atividade superficial e alienada, mas atenta a fatores históricos, científico-sociais e suas complexidades.

É por este motivo que houve uma atenção tão aprofundada na contextualização deste projeto. Porque, para entender a motivação deste projeto, é preciso consciência, e para adquirir consciência é preciso realizar uma análise de configurações sociais contemporâneas e suas raízes na história.

Busco, através deste presente projeto, enaltecer a prática intelectual e artística de mulheres negras, em especial a escrita, através de publicações independentes e intervenções urbanas, propagando suas vozes e histórias.

Quando uma sobe, puxa a outra.



**BRASIL E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL**

*Só que na hora de mostrar o que eles chamam de "coisas nossas", é um tal de falar de samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba e por aí afora. (...) E culminando, pinta este orgulho besta de dizer que a gente é uma democracia racial. Só que quando a negrada diz que não é, caem de pau em cima da gente, xingando a gente de racista. Contraditório, né? Na verdade, para além de outras razões, reagem dessa forma justamente porque a gente pôs o dedo na ferida deles, a gente diz que o rei tá pelado. E o corpo do rei é preto e o rei é Escravo.*

*(Lélia Gonzalez)*

Discutir sobre a questão racial no Brasil é deparar-se com inúmeras complexidades e subjetividades relativas ao conceito de raça e de identidade racial. A própria História do país, em sua formação política e cultural, envolve a convergência de etnias, raças e culturas. Porém, é importante frisar que esse cruzamento étnico está longe de ser um acontecimento histórico que mereça ser enaltecido e romantizado, pois não ocorreu de forma pacífica. A história de miscigenação e formação racial do Brasil é marcada pela violência do domínio de povos, e consequentemente, pela hierarquização de raças. E este é um ponto crucial para entender a questão racial no nosso país, e, como pontuado por Djamila Ribeiro, é "importante ressaltar que a miscigenação tão louvada no País também foi fruto de estupros sistemáticos cometidos contra mulheres negras." (RIBEIRO, 2016, n. p)

Durante o período da escravidão dos povos africanos, as mulheres negras escravizadas eram minoria quantitativa na população negra de africanos que era trazida para o território. Minoria essa que se tornou cobiçada pelos senhores de escravos. Mulheres negras jovens, muitas ainda crianças, entre seus doze e treze anos, eram sexualmente violentadas por homens brancos. Ainda assim, não eram postas em um lugar de "fragilidade" relacionado ao gênero feminino, como eram as mulheres brancas esposas dos senhores. Além de serem estupradas, eram também forçadas a realizar o mesmo trabalho designado aos homens negros escravizados.

Outro ponto a ser considerado, para aprofundar essa discussão, é o surgimento do conceito de "eugenia", termo que surgiu na Inglaterra vitoriana, em 1883 e foi criado por Francis Galton (1822-1911). Tomando como base a teoria da seleção natural criada por

seu primo, Charles Darwin, Galton buscava estudar a hereditariedade como determinante na evolução e na reprodução de seres humanos "melhores" e "superiores", considerando aspectos físicos, habilidades intelectuais e características comportamentais. A ideia tomou força e começou a ser colocada em prática nos Estados Unidos, mais precisamente em Nova York, onde foi criada a "Oficina de Registro de Eugenia".

Lá, as informações eram coletadas, processadas e arquivadas. Eles estavam interessados em todo tipo de característica: desde a cor dos cabelos e olhos até o daltonismo e a epilepsia, além de curiosidades como "o amor pelo mar", algo que chamavam de "ciganismo", "genes de guerreiros", até outros menos exóticos, como a promiscuidade, controle moral, "vagabundagem" e sobriedade. (LANG-STANTON, Peter. JACKSON, Steven. 2018, n.p)

Basicamente, as teses eugenistas compuseram uma pseudo-ciência que buscava comprovar que o homem branco europeu era detentor de uma raça superior e de um padrão genético ideal. O pior: a teoria de Galton se tornou tão enraizada nos Estados Unidos, que tomando-a como justificativa, eram realizadas esterilizações forçadas em pessoas que tinham a sua genética e possível hereditariedade considerada inferior aos padrões genéticos eugenistas. A prática chegou a ser legalizada em alguns Estados americanos no início do século XX.

Até a virada do século, a ideia de Galton estava se disseminando pelo mundo. Começou a enraizar-se nos Estados Unidos em parte porque nessa época as pessoas estavam preocupadas com o que estava acontecendo com suas cidades. Seus apoiadores tinham uma tendência de ser "da classe média, brancos e bem educados, que se sentiam perturbadas com as favelas industriais". (LANG-STANTON. JACKSON, 2018, n. p)

As teses eugenistas também foram incorporadas pela elite intelectual brasileira. Anos após a abolição da escravatura, esses intelectuais produziam teorias que eram vistas como soluções para o desenvolvimento nacional e para questões de saúde e "higiene social", e através disso, povos negros e indígenas eram culpabilizados pelo surgimento de doenças, epidemias e deficiências.

O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira. (MUNANGA, 1999, p. 51)

O afamado médico e professor Miguel Couto, por exemplo, levantou uma das primeiras teses de caráter eugenista no contexto social do país. Couto era contra a imigração japonesa no Brasil, e, ao ser eleito deputado, fez parte da inserção de um artigo na Constituição que dificultava a entrada de imigrantes no território brasileiro.

No entanto, o teórico considerado "pai da eugenia no Brasil", foi o médico Renato Kehl (1889-1974), que orientado por Miguel Couto, impulsionou na prática os projetos eugenistas. Em 1929, Kehl conseguiu reunir diversos médicos, sanitaristas e teóricos eugenistas no Congresso de Eugenia do Rio, no intuito de discu-

tir ações que possibilitassem o predomínio da "raça superior" no país. Na época, percorria no Rio de Janeiro a ideia de que os responsáveis pelas epidemias brasileiras eram os homens negros.

Segundo Cláudio Fernandes (2018), o movimento interno de eugenia no Brasil deu origem a chamada "Teoria do Embranquecimento", propulsionada por João Baptista de Lacerda. Tal teoria era baseada na suposição de que, através da miscigenação, os descendentes de pessoas negras tenderiam a "embranquecer" mais a cada geração, de forma a "purificar" o povo brasileiro. Era a crença de que as características raciais do homem branco europeu se sobreporiam às características raciais do povo africano e do povo indígena, e dessa forma, no futuro, a população brasileira estaria mais próxima dos padrões genéticos ideais eugenistas.

Internacionalmente, as teses eugenistas começaram a cair no esquecimento após a Segunda Guerra Mundial, com o Holocausto. O nazismo de Hitler, que era fundamentado no predomínio da raça ariana, foi o auge da violência decorrente da ideia de eugenia, e explicitou a absurdez do que até então tentava ser justificado com uma falsa ciência.

De qualquer forma, é desonesto afirmar que a eugenia não está mais presente no Brasil contemporâneo. O pensamento eugenista está enraizado na sociedade brasileira, e se hoje não é explicitado através de teorias segregadoras, a eugenia se manifesta no cidadão brasileiro de forma eufemizada, muitas vezes passando despercebida até mesmo por suas vítimas. Talvez não seja mais justificada por uma suposta corrente científica, mas se faz presente, e é constantemente forjada para disfarçar as estru-

turas sociais que privilegiam uma raça em detrimento de outra. Como podemos observar nas palavras do pensador Kabengele Munanga:

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca, daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Elaboraões especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem reinterpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora. (MUNANGA, 1999, p. 51)

Parte dessa complexidade de compreensão do assentamento do racismo no Brasil é justamente o não-entendimento das definições de raça e identidade racial em um país miscigenado. Estatisticamente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística reconhece pretos e pardos como compositores da identidade racial negra, como apontado por Fátima Oliveira:

O IBGE trabalha então com o que se chama de "quesito cor", ou seja, a "cor da pele", conforme as seguintes categorias: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Indígena, teoricamente, cabe em amarelos (populações de origem asiática, historicamente catalogados como de cor amarela), todavia, no caso brasileiro, dada a história de dizimação dos povos indígenas, é essencial saber a dinâmica demográfica deles. Um outro dado que merece destaque é que a população negra, para a demografia, é o somatório de preto + pardo. Cabe ressaltar, no entanto, que preto é cor e negro é raça. Não há "cor negra", como muito se ouve. Há cor preta. (OLIVEIRA, 2004, p. 58)

Porém, a identidade racial possui maiores complexidades que transcendem esse reconhecimento matemático das estatísticas. A miscigenação cria a dúvida sobre quem é negro ou não no Brasil porque o conceito de "raça" é muitas vezes associado a combinações genéticas. Na verdade, o termo "raça", principalmente para o Movimento Negro, é referente às identificações dentro das estruturas racistas de segregação que superiorizam uma raça e marginalizam outra. Não é uma identificação biológica, e sim "por questões políticas, já que o racismo existe e é uma prática política que tem por base não apenas a existência das raças, mas que as 'não-brancas' são inferiores" (OLIVEIRA, 2004, p. 59).

É importante ressaltar, também, que a identidade racial deve ser percebida e construída socialmente, em relação aos outros indivíduos e aos contextos sociais. A opressão racial se estabelece de forma diferente em contextos culturais e históricos diferentes. Nos Estados Unidos, por exemplo, existe a questão da discriminação direcionada aos latinoamericanos, inserindo na discussão outros demarcadores de recebimento do racismo, como a ascendência e a nacionalidade. Mas diante da miscigenação brasileira, a identidade racial é configurada de forma contrastiva e comparativa. Segundo a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2005, p. 43):

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Portanto, a identidade não se prende apenas ao nível da cultura. Ela envolve, também, os níveis sócio-político e histórico em cada sociedade. Assim, a identidade vista de uma forma mais ampla e genérica é invocada quando "um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido" (apud NOVAES, 1993, p. 25).

Ao mesmo tempo que é considerada a autoidentificação de raça, é necessário estar atento às estruturas que privilegiam um cidadão ou que o oprimem, sempre em comparação a outros grupos sociais. É através da análise de diferenças e semelhanças entre vivências e posições sociais que a identidade é construída. "Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro" (GOMES, 2005, p. 43). É, por exemplo, um impasse quando um brasileiro de pele branca, traços finos e cabelos lisos autoidentifica-se negro, talvez devido a essa visão equivocada referente à miscigenação, ou até mesmo de forma pretensiosa para usufruir de políticas de ações afirmativas. Esse não é o mesmo brasileiro que será vítima dos mecanismos de opressão racial direcionados à população negra brasileira, e essa declaração meândrica contribui para descredibilizar toda uma luta do movimento negro em torno da afirmação de sua identidade. É necessária a consciência de que a autodeclaração é, também, um ato político.

Dessa forma, a ênfase na identidade resulta, também, na ênfase da diferença. Ao mesmo tempo em que a busca da identidade por parte de um grupo social evoca a diferença deste em relação à sociedade ou ao governo ou a outro grupo e instituição, ela possui um processo de elaboração e diminuição das diferenças internas do próprio grupo e dos vários grupos que formam, naquele momento de reivindicação, um único sujeito político. (GOMES, 2005, p. 41)

É devido a essa fragmentação identitária, que ao mesmo tempo que a realidade racial brasileira é forjada pelo discurso falacioso de que "ninguém é branco no Brasil", é criado o paradigma da negação e apagamento de raça. O vestígio histórico da Teoria do Embranquecimento é o fato de muitos negros brasileiros não se

reconhecerem negros. Surgem termos como "moreno" e "mulato", que podem ser evidências de uma interpretação confusa da miscigenação, mas que também são formas de eufemizar o "ser negro", uma vez que tal identificação racial tende a adquirir um caráter negativo em decorrência do racismo. Nilma Lino Gomes questiona, ainda:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores(as), sobre a importância da diversidade cultural? (GOMES, 2005, p.43)

A importância da consideração e da constituição da identidade negra no Brasil é justamente criar um cenário favorável para que movimentos político-ideológico antirracistas consigam ser compreendidos, e mais do que isso, consigam evidenciar quem são os brasileiros vítimas do racismo, como essa opressão se estabelece e quais seriam as possíveis políticas de reparação em busca da equidade. Não obstante, a militância negra se dispõe a esse remonte da identidade para conseguir estruturar um movimento consciente da lógica histórica de dominação racial, contrastando sua identidade com a de seu dominador, o homem branco. A essa estruturação da identidade negra é atribuída o conceito de negritude, e, como salientado por Munanga, "Se historicamente a negritude é, sem dúvida, uma reação racial negra a uma agressão racial branca, não poderíamos entendê-la e cercá-la sem aproximá-la do racismo do qual é consequência e resultado." (MUNANGA, 2009, n.p)

Em contrapartida, quando a sociedade se depara com a negritude se consolidando e se mobilizando de encontro ao sistema vigente, apontando cruamente os privilégios da elite branca, essas reações do grupo oprimido são interpretadas como ações agressivas, e até mesmo como vitimizações. Por exemplo, as tentativas do movimento negro de tentar criar espaços próprios e direcionados especificamente para a comunidade negra, são vistas como ações segregacionistas. E se a branquitude é negada nesses espaços, se a ela é apontada que aquele espaço não foi direcionado à elite branca, essa ação chega até mesmo a ser interpretada como um "racismo reverso".

"(...) Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania" (MUNANGA, 2009). Por "exclusão" entende-se também a negação de muitos espaços e direitos. A verdade é que tentar criar espaços, símbolos, elementos e diálogos direcionados exclusivamente à comunidade negra, em uma sociedade onde a negação dessas mesmas coisas à comunidade negra é algo institucionalizado, não é segregacionista, e sim a maneira que o movimento negro encontrou de criar um mecanismo de resistência. Não é uma ação, é uma reação. É a forma que um grupo marginalizado encontrou de colidir com o sistema vigente. Djamilia Ribeiro manifesta:

Muitas vezes o que pode ocorrer é um modo de defesa, algumas pessoas negras, cansadas de sofrer racismo, agem de modo a rejeitar de modo direto a branquitude, mas isso é uma reação à opressão e também não configura racismo. Eu posso fazer uma careta e chamar alguém de branquela. A pessoa fica triste, mas

que poder social essa minha atitude tem? Agora, ser xingada por ser negra é mais um elemento do racismo instituído que, além de me ofender, me nega espaço e limita minhas escolhas. (...) Para haver racismo, deve haver relação de poder, e a população negra não é a que está no poder. Acreditar em racismo reverso é mais um modo de mascarar esse racismo perverso em que vivemos. (RIBEIRO, 2014, n.p)

Esse pensamento se torna ainda mais nocivo quando é transferido ao debate sobre ações afirmativas, por exemplo, e a política de cotas é questionada como sendo, supostamente, um tratamento privilegiado que agravaria a desigualdade. Esse discurso baseia-se na falácia de que "se somos todos iguais, devemos receber o mesmo tratamento do Estado". Porém, ao sermos francos admitindo que a sociedade é racista, a questão em que essa constatação se baseia é justamente essa: dentro desse sistema, não somos todos iguais. A política de Estado deve ser capaz de enxergar as diferenças político-sociais e atender às demandas de cada grupo social de acordo com as suas respectivas necessidades. Parte daí a diferença entre igualdade e equidade. Erik Hörner atenta para a compreensão desses conceitos na Educação:

Retornemos ao dicionário Houaiss: equidade é o "respeito à igualdade de direito de cada um, que independe da lei positiva, mas de um sentimento do que se considera justo, tendo em vista as causas e as intenções". A justiça na escola não reside em que todos sejam considerados idênticos, mas que todos tenham de acordo e na medida de suas necessidades. Assim como não tratamos dor de cabeça com remédio para dor de estômago ou não consideramos que todos tenham obrigatoriamente uma geladeira, inclusive os esquimós, não podemos persistir na padronização em nome de uma pretensa igualdade. (HÖRNER, 2017, n.p)

Para compreender o estabelecimento das diferenças raciais, é preciso assumir que o racismo é uma estrutura sociopolítica que tem origens históricas, e que apesar das mudanças ocorridas ao longo do tempo e do desenvolvimento do país, essa estrutura é determinante no que se diz respeito à distribuição de oportunidades, modos de tratamento e privilégios sociais. O fator miscigenação deve ser incorporado às discussões sobre a existência do racismo e sobre as políticas raciais de reparação, e não aos discursos que buscam alimentar o mito do país democraticamente racial e igualitário. O Brasil sabe exatamente qual é a raça predominante nas favelas, a cor predominante da população carcerária, e o Brasil também sabe qual é a cor que ocupa os altos cargos.

De acordo com o Atlas da Violência de 2017, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras, tornando a população negra brasileira potencialmente a maior vítima de homicídio (IPEA, 2017). Há também as considerações a respeito da idade e das condições econômicas, que interseccionadas apontam para o genocídio do jovem negro brasileiro, e evidenciam a violência de Estado nas ruas e nas operações nas favelas. Como pontuado por Lélia Gonzalez, "é por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo". (GONZALEZ, 1984, p. 223 apud GONZALEZ, 1979c, n.p)

Quanto à igualdade salarial, projeções indicam que apenas em 2089 a população negra e a população branca brasileira obteriam condições econômicas parecidas. "Só alcançaremos uma equiparação salarial entre negros e brancos em 2089, 200 anos

depois da abolição da escravidão no Brasil. Isso se a desigualdade continuar diminuindo no ritmo que está" (OLIVEIRA, 2017, não paginado, apud MAIA, 2017, n.p).

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhado pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. (GONZALEZ, 1984, p. 3)

Em despeito desses acontecimentos, romantizar a miscigenação brasileira, narrando-a como característica de uma nação multicultural onde todas as raças e etnias são igualmente respeitadas e dignas das mesmas oportunidades, nada mais é do que jogar confete e ignorar anos de supressão e violência, que, diga-se de passagem, ainda não tiveram suas consequências suficientemente reparadas. A democracia racial brasileira é um mito criado pelo próprio sistema racista para acobertar uma realidade que o Brasil tem se recusado a enxergar. É uma impostura para evitar lidar com a culpa e com a responsabilidade político-social de reeducar o pensamento estrutural racista e de propor medidas políticas de reparação.



**INTERSECCIONALIDADES: MULHER E NEGRA**

*Minha resposta ao racismo é raiva. Aquela raiva que comeu espaços dentro da minha vida apenas quando permaneceu não dita, inútil a qualquer pessoa. Também me serviu em salas de aula de luz ou sem aprendizado, onde o trabalho e história de mulheres Negras eram menos que vapor. A raiva me serviu como um fogo numa zona de gelo de olhos incompreensíveis de mulheres negras que vêem na minha experiência e na experiência do meu povo apenas novas razões para medo e culpa. E minha raiva não é desculpa para você não lidar com a sua cegueira, não é motivo para se retirar dos resultados de suas próprias ações.*

**(Audre Lorde)**

## 2.1 O MOVIMENTO FEMINISTA E O SILENCIAMENTO DE MULHERES NEGRAS

No que se diz respeito ao recebimento discriminatório, existem outras estruturas sociais que convergem e influenciam no modo e na intensidade com a qual sujeito social será atingido pelas estruturas de opressão. Entre as pessoas negras, deve-se considerar a existência do colorismo<sup>1</sup>: um negro de pele retinta provavelmente será atingido de forma mais direta pelo racismo, e provavelmente será mais impactado por atitudes discriminatórias na infância, por exemplo. Uma pessoa negra com a pele mais clara talvez seja pouco mais poupada de apelidos racistas na escola. Mas, além disso, considerando as intersecções com o preconceito de classe, uma pessoa negra mais pobre e que reside em uma favela vivenciará experiências e opressões que se diferenciam das vivências de uma pessoa negra da classe média que é, por exemplo, detentora de um cargo nomeado em uma empresa.

A análise dessas sobreposições de sistemas de opressão remetem ao conceito de interseccionalidade nas Ciências Sociais. Tal conceito foi cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, professora e ativista do movimento negro americano. A teoria interseccional consiste em uma reformulação da teoria feminista, de forma a criar um movimento onde as mulheres pudessem analisar os diferentes tipos de opressão a que estão submetidas,

transcendendo a questão do gênero, e considerando também questões raciais e de sexualidade, por exemplo. Kimberlé discutiu, em palestra, sobre a questão interseccional da mulher negra, citando o exemplo do caso de Emma DeGraffenreid:

Bem, a experiência que deu início à ideia de interseccionalidade foi meu encontro casual com uma mulher chamada Emma DeGraffenreid. (...) Emma, como muitas mulheres afro-americanas, buscava melhores ocupações para sua família e para outros. Ela queria construir uma vida melhor para seus filhos e para sua família. Mas ela se candidatou a um emprego e não foi contratada, e acreditou que não conseguira o emprego por ser uma mulher negra. (...) o juiz em questão recusou a petição, e o argumento usado foi de que o empregador de fato contratava afro-americanos e contratava mulheres. O real problema, entretanto, que o juiz não estava disposto a reconhecer e que Emma estava, na verdade, tentando dizer é que os afro-americanos contratados, comumente para trabalhos industriais e de manutenção, eram todos homens. E todas as mulheres contratadas, comumente como secretárias ou recepcionistas, eram todas brancas. Apenas se o tribunal fosse capaz de ver como as duas políticas funcionavam juntas, ele poderia perceber a dupla discriminação enfrentada por Emma DeGraffenreid. (CRENSHAW, 2016, informação verbal)

Pessoas negras serão sempre afetadas de alguma forma pela estrutura racial, a nível individual e institucional<sup>2</sup>, o que irá man-

<sup>1</sup> Enraizado no nosso contexto histórico, entretanto pouco debatido e difundido seu conhecimento, a chamada: pigmentocracia, ou também "colorismo" foi um termo utilizado primeiramente por Alice Walker, em 1982, para explicar o processo de discriminação quanto à cor da pele de uma pessoa: quanto mais o tom da pele de uma pessoa é escuro, e seus "traços" visivelmente mais grossos característicos da raça negra, mais chances essa pessoa tem de enfrentar situações racistas. Quanto mais clara a pele for, mais estará imune de ser esse alvo. (OLIVEIRA; SIQUEIRA, 2016, p. 2)

<sup>2</sup> Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição ou propriedades e assassinatos. (...) A forma institucional do racismo, (...) implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com seu apoio indireto. (GOMES, 2005, p. 52)

tê-las em uma posição social desvantajosa em relação aos brancos brasileiros. Porém, existem fatores político-sociais, como gênero e classe social, que geram interseccionalidades que tornam diferentes os recebimentos das opressões sociais. É através dessa lógica que pode ser feita a análise da percepção e atuação do sujeito social que é o centro deste projeto: a mulher negra.

A antropóloga brasileira Lélia Gonzalez realizou uma série de pesquisas e discussões especificamente sobre a mulher negra brasileira. Em sua relação com o mito da democracia racial, ela provoca:

"Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo." E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel. (GONZALES, 1984, p. 226)

Nos debates sobre gênero e o sistema patriarcal, são presentes as questões de violência contra a mulher e de cultura do estupro. As principais pautas do movimento feminista contemporâneo são em torno da objetificação do corpo da mulher e das imposições de poder e atribuições de papéis que o patriarcado exerce sobre as mulheres em todos os âmbitos das relações so-

ciais. Porém, ao inserir as questões raciais neste debate, será que mulheres brancas e mulheres negras são atingidas igualmente (da mesma forma e com a mesma intensidade) pelo sistema patriarcal capitalista? Será que mulheres negras e brancas fazem parte das mesmas posições sociais, ocupam os mesmos cargos e são percebidas da mesma forma pela sociedade?

Pesquisas evidenciam que, na verdade, mulheres negras são as que mais se tornam vítimas de assédio e de agressões domésticas. O Atlas da Violência 2017 demonstra que, entre 2005 e 2015, houve um aumento de 22% da taxa de mortalidade de mulheres negras, e uma diminuição de 7,4% na taxa de mortalidade de mulheres não-negras. Ainda, segundo um relatório realizado pelo Observatório da Mulher contra a Violência referente à violência doméstica no ano de 2014, "foi registrada a taxa de 4,6% assassinatos para cada 100 mil mulheres no país. Do total de vítimas registradas, 62% eram pretas ou pardas, o que evidencia a maior vulnerabilidade das mulheres negras à violência homicida."(IPEA/FBSP, 2017, n.p)

Com exceção do Paraná, os estados registraram uma taxa maior de violência letal contra mulheres pretas e pardas do que contra mulheres brancas. Alguns estados chegam a apresentar taxa de homicídio de mulheres pretas e pardas mais de três vezes superior à de mulheres brancas, como é o caso de Amapá, Pará, Roraima, Pernambuco, Piauí e Espírito Santo. (OMV, 2016, n.p)

Essa diferença de tratamento entre mulheres negras e brancas, assim como toda e qualquer estrutura social, também possui bases históricas. Como já retratado, durante o período da escravidão no Brasil, mulheres negras eram objetificadas e violentadas sexualmente pelos senhores de escravos, ao mesmo

tempo que lhes eram conferidas as mesmas tarefas de trabalho de força dos homens negros escravizados. Esta também é uma questão que podemos integrar às discussões feministas na atualidade: enquanto as mulheres brancas estavam sendo postas em lugar de fragilidade feminina e determinados papéis de gênero que passaram a ser questionados com o passar dos anos, a mulher negra sequer era reconhecida como mulher. A mulher negra era escrava, era animalizada. Era um objeto de uso sexual para o homem branco e simultaneamente uma ferramenta de trabalho para as atividades mercantilistas.

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (DAVIS, 1981, p. 20)

Este questionamento foi levantado publicamente pela abolicionista afro-americana Sojourner Truth, em 1851, durante um discurso na Women's Convention, em Ohio. A Convenção visava discutir os direitos das mulheres, e pastores teriam dito que mulheres e homens não deveriam ter equidade e igualdade de tratamento porque as mulheres supostamente não teriam o mesmo intelecto e força física dos homens. Truth, em seu discurso, questiona:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre

poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851, informação verbal)

O discurso de Truth funcionava também como uma denúncia, um questionamento, ao que seriam os movimentos pelos direitos das mulheres naquela época. Movimentos esses, que seriam, na verdade, pelos direitos das mulheres brancas, e não por todas as mulheres. A Convenção ocorrera poucos anos após a abolição da escravatura. As líderes do movimento eram mulheres brancas burguesas, e durante a Convenção, “quando Sojourner Truth se levantou para responder aos ataques dos supremacistas masculinos, as líderes brancas tentaram convencer Gage<sup>3</sup> a impedi-la de falar.” (DAVIS, 2016, p. 72)

“Quando essa mulher negra se levantou para falar, sua resposta aos defensores da supremacia masculina também trazia uma profunda lição para as mulheres brancas. Ao repetir sua pergunta, ‘Não sou eu uma mulher?’, nada menos do que quatro vezes, ela expunha o viés de classe e o racismo do novo movimento de mulheres. Nem todas as mulheres eram brancas ou desfrutavam do conforto material da classe média e da burguesia. Sojourner Truth era negra –uma ex-escrava–, mas não era menos mulher do que qualquer uma de suas irmãs brancas na convenção.” (DAVIS, 2016, p. 73)

<sup>3</sup> Frances Dana Barker Gage (1808 – 1884) foi a ativista americana que presidiu a Convenção de Direitos das Mulheres em Ohio, em 1851. (DAVIS, 2016, p. 71)

É a partir deste impasse que surge uma das problemáticas do movimento feminista, ainda na contemporaneidade: a não-interseccionalidade, ou seja, a universalização, ocasiona o silenciamento e a falta de representatividade. Quando um movimento se propõe a falar por todas as mulheres, é necessário o reconhecimento das diferentes realidades em que as mulheres nos mais diferentes grupos sociais estão inseridas. A interseccionalidade é uma ferramenta necessária ao movimento feminista, não para ocasionar a hierarquização de opressões ou a pré-determinação de quais mulheres sofrem mais ou sofrem menos, mas sim para que seja elaborada uma luta atenta às necessidades específicas de cada grupo social, evitando a invisibilização de grupos marginalizados.

Esse discurso de Truth, ainda no século XIX, já evidenciava um grande dilema que o feminismo hegemônico viria a enfrentar: a universalização da categoria mulher. Esse debate de se perceber as várias possibilidades de ser mulher, ou seja, do feminismo abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e levar em conta as outras interseções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero, foi atribuído mais fortemente à terceira onda do feminismo (...) (RIBEIRO, 2017, p. 21)

A teórica interseccional Bell Hooks (2015), em sua análise sobre a teoria feminista, critica a obra "The feminine mystique" de Betty Friedan (1963) —que é vista como um dos escritos propulsores do movimento feminista—, por se referir à vivência social de um grupo muito específico de mulheres: as mulheres brancas casadas e de classe média, que, na época, viam no feminismo um possível rompimento com as atribuições de gênero que as reduziam a donas de casa. Friedan universaliza a questão política da mulher em torno da realidade de um grupo seletivo do qual ela fazia parte. Enquanto isso, a realidade de muitas outras

mulheres americanas estava baseada na luta pela sobrevivência econômica e discriminação racial.

Em seus primeiros textos, parece que Friedan nunca se perguntou se a situação das donas de casa brancas com formação universitária era um ponto de referência adequado para se examinar o impacto do sexismo ou da opressão sexista sobre a vida das mulheres na sociedade norte-americana. Ela tampouco foi além de sua própria experiência de vida para obter uma perspectiva mais ampla sobre a vida das mulheres nos Estados Unidos. (HOOKS, 2015, p. 195)

A universalização na teoria feminista afeta até hoje a luta feminista das mulheres negras. Mesmo na contemporaneidade, uma grande parcela da população de mulheres negras não se sente contemplada pelo movimento feminista. O movimento foi impulsionado pelas mulheres brancas burguesas, não porque elas eram mais revolucionárias e inteligentes, mas sim por causa dos seus privilégios, que as proporcionavam mais tempo e condições de pensar a respeito das questões de gênero. E, ainda assim, quando esse manifesto ocorria, limitava-se à realidade social daquele grupo, invisibilizando a mulher negra. Embora na atualidade existam mais mulheres negras militantes, essa invisibilização proveniente do racismo não apenas deixou sequelas, como ainda é fortemente presente.

Reconhecer o status de mulheres brancas e homens negros como oscilante nos possibilita enxergar as especificidades desses grupos e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras. Por exemplo, ainda é muito comum a gente ouvir a seguinte afirmação: "mulheres ganham 30% a menos do que homens no Brasil", quando a discussão é desigualdade salarial. Essa afirmação é incorreta? Logicamente, não, mas sim do ponto de vista ético. Explico: mulheres brancas ganham 30% do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mu-

lheres negras ganham menos do que todos. Segundo pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2016, 39,6% das mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%). (RIBEIRO, 2017, p. 40)

O movimento feminista propõe uma ideologia que desemboca em uma revolução social em busca de espaços e direitos. Por revolução entende-se um embate, a reformulação de um sistema vigente, e, para isso, é necessário evidenciar as opressões presentes nessa estrutura. O sistema patriarcal se constrói em ideias e conceitos enraizados na estruturação social, e só é possível enxergar as minúcias dessa organização através da desconstrução do conhecimento absorvido. Desde que o indivíduo é inserido na sociedade, essas ideias são absorvidas pelo mesmo de forma naturalizada. Há uma naturalização do que é “lugar de mulher” e “lugar de homem”, assim como há uma naturalização do que é o “lugar de preto”, e assim como há uma naturalização do que seria o lugar da mulher negra. A interseccionalidade permite, justamente, a análise das especificidades do que seriam os “lugares da mulher negra” na sociedade. Lélia Gonzales (1984) pontua três desses lugares: o da doméstica, o da mãe preta e o da mulata.

A atribuição dessas funções sociais têm origem no sistema do Brasil colonial e nas exigências domésticas da casa-grande na época. Havia a mulher negra, normalmente mais velha, a quem eram atribuídas as tarefas domésticas na casa do senhor e a função de cuidar dos filhos da família da casa-grande. E, havia também, a mulher negra mais jovem, a chamada “mucama”, que

era usada para satisfazer as vontades sexuais dos senhores. As funções sociais das mulheres negras, mesmo na contemporaneidade, são fundamentadas nessas figuras de trabalho braçal e servilidade doméstica e sexual, ainda que tenham recebido nomes e configurações diferentes; hoje, muitas mulheres negras são babás e empregadas domésticas, por exemplo. Pesquisas evidenciam como na atualidade o serviço doméstico é majoritariamente ocupado por mulheres negras.

Com o processo de assalariamento das mulheres negras no período pós escravidão destaca-se o posicionamento feminino frente a este novo posto de trabalho. Pesquisas realizadas pelo Sistema de Pesquisa, Emprego e Desemprego - PED (2010) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2013) demonstram que mais de 50% das mulheres que ocupam o emprego doméstico no país são negras em um total de 6,6 milhões de trabalhadoras. (FEPEG, 2017, p. 1)

Já a mulata, é a figura carnavalesca do Brasil contemporâneo. A mulher negra da pele mais clara, cheia de curvas, que reflete o imaginário da mulher brasileira. Figura essa, que, fantasiosamente, é inserida no teatro da democracia racial. Em vias de padrões estéticos, enquanto a mulher negra da pele retinta é preterida e rejeitada, a mulata é falsamente preferida, é hiperssexualizada e inserida em uma fôrma estereotipada de como deve ser o seu corpo e de como deve se comportar.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas

de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (GONZALES, 1984, p. 228)

É criado, então, um imaginário social do que a mulher negra "nasceu para fazer". Na atualidade podemos observar um número maior de mulheres ocupando a academia e os cargos de chefia, mas ainda assim, são majoritariamente brancas. É notável a diferença social dos espaços que são ocupados pelas mulheres brancas e pelas mulheres negras, estando estas sempre alguns passos atrás na escala social.

Djamila Ribeiro cita em sua obra a questão levantada por Simone de Beauvoir em 1949, que aponta para o fato de a mulher ser socialmente o "Outro", já que, devido à hierarquização social, é sempre vista em comparação ao lugar do homem, não obtendo reciprocidade do olhar do mesmo. Ribeiro aponta, então, a posição que a mulher negra ocupa, segundo Grada Kilomba, se tornando "o Outro do Outro", uma categoria de dupla carência de reciprocidade do olhar.

Nessa análise, percebe o status das mulheres brancas como oscilantes, pois são mulheres, mas são brancas, do mesmo modo, faz a mesma análise em relação aos homens negros, pois esses são negros, mas homens. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de *Outro do Outro*. (RIBEIRO, 2017, p.39, apud KILOMBA, 2012, n.p)

É essa dupla carência que torna necessário o repensar da teoria feminista e é o que motiva feministas negras a substanciar essa inserção do recorte racial na luta feminista, possibilitando o surgimento de novas e variadas teorias que visam reparar essa

invisibilização historicamente construída pela ideologia branca hegemônica. Se os movimentos de libertação reconhecem as causas e consequências do racismo e do sexismo, se faz necessário também o reconhecimento de que a mulher negra estará sofrendo os efeitos congênitos das intersecções desses sistemas. A intervenção da mulher negra no movimento feminista se torna o eco do questionamento de Truth, e, em sua resistência ao sistema como um todo, a luta social da mulher negra ainda consiste em subir um de seus primeiros degraus, que é tornar-se visível.



*Meu choro não é nada além de carnaval  
É lágrima de samba na ponta dos pés  
A multidão avança como vendaval  
Me joga na avenida que não sei qualé*

*Pirata e super homem cantam o calor  
Um peixe amarelo beija minha mão  
As asas de um anjo soltas pelo chão  
Na chuva de confetes deixo a minha dor*

*Na avenida, deixei lá  
A pele preta e a minha voz  
Na avenida, deixei lá  
A minha fala, minha opinião*

**(Elza Soares)**

## 2.2 O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL

Tendo como base essa questão da interseccionalidade e a relevância da questão racial, é criada uma vertente do feminismo (dentre outras vertentes) conhecida como Feminismo Negro, que nos Estados Unidos surge na década de 1970, mas passa a ser impulsionado no Brasil a partir de meados de 1980, com o reaparecimento dos movimentos sociais, junto a um processo de democratização do país, após vinte anos de Ditadura Militar (1964-1985).

Como é apontado por Lélia Gonzalez (1984), a mulher negra passa a se organizar politicamente a partir da sua participação no Movimento Negro, e não a partir do Movimento de Mulheres. O Movimento Feminista no Brasil partia de mulheres brancas da classe média, e Gonzalez, a partir de sua própria experiência como militante, evidencia o caráter racista do MM, que além de não atender para as questões raciais, constantemente apontava as militantes negras como "agressivas" ou "não-feministas" quando estas tentavam inserir o debate racial na luta feminista.

O desenvolvimento da luta organizada da população negra decorreu do Movimento Negro Unificado, consolidado em 1978, que foi impulsionado pelas classes médias negras, e do Movimento de Favelas, que era a luta dos subproletariados urbanos por reivindicações de melhores condições de habitação, educação e saúde. Ambos os movimentos contaram com categórica atuação de mulheres negras. Ainda assim, as militantes negras ainda tinham em suas vivências os efeitos do machismo (de homens brancos e negros), e suas atuações e questões eram invisibilizadas dentro do próprio Movimento Negro.

Ao mesmo tempo, o levantamento de questões raciais era incômodo às militantes brancas porque algumas das reivindicações do MM consistiam, por exemplo, em fazer com que a mulher branca obtivesse mais tempo livre para o engajamento político, e essa prática resultaria no uso do trabalho doméstico assalariado, que era realizado pelas mulheres negras. As questões das mulheres negras, como a exploração das empregadas domésticas, ou o sofrimento que das mulheres negras quando perdiam filhos e maridos para a repressão policial, eram vistos pelo MM como pautas "distrativas" ou que estariam desalinhadas com o movimento feminista.

Ideias feministas começaram a ser difundidas no Brasil no início do século XX. O direito ao voto e à participação política foi concedido às mulheres em 1934, o mesmo ano em que a primeira mulher, Carlota Pereira de Queirós, foi eleita deputada federal no Brasil. A conquista foi um efeito da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino de 1920, que foi liderada pela ativista e bióloga Bertha Lutz, e tinha como enfoque a discussão das melhores condições de trabalho para as mulheres trabalhadoras, a elevação dos níveis de instrução e educação feminina e a assecuração de direitos políticos da mulher, "condição que daria a elas, pelos menos às mulheres brancas e da elite, a possibilidade de igualdade perante os homens, que já contavam com direitos de representação política" (MOREIRA, 2007, p. 50)

Nesse período, cabe destacar também a participação política de Antonieta de Barros, que logo após o direito ao voto e atua-

ção política das mulheres ter sido conquistado, tornou-se a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil, tendo sido eleita como deputada federal pelo PLC (Partido Liberal Catarinense). Antonieta atuou também como jornalista e educadora, e fundou o "Curso Antonieta de Barros", que visava a alfabetização da população mais pobre. Sendo o movimento pela participação política das mulheres formado por mulheres brancas e burguesas, Antonieta, mulher negra e pobre, teve que romper muitas barreiras para a conquista desse espaço.

Além do movimento pelo voto que agrupou as mulheres da classe dominante, ocorria também o movimento das mulheres operárias, que reivindicavam melhores condições trabalhistas nas fábricas têxteis. As operárias organizavam greves pela reivindicação da jornada de oito horas de trabalho e pela igualdade salarial entre homens e mulheres. Eram mulheres submetidas a uma dupla exploração; no lar, das designações das tarefas domésticas, e nas fábricas, por seus patrões. Nas organizações de greves nas fábricas de São Paulo entre 1907 e 1919, foram respondidas com forte repressão policial. Apesar disso, em 1917 obtiveram uma conquista: uma lei que proibia o trabalho noturno de mulheres e crianças.

Para Elizabeth Lobo, paralelamente a esse feminismo liberal defendido por mulheres pequeno-burguesas, desenvolvia-se o movimento de luta das mulheres operárias. Definido pela autora como feminismo socialista ou feminismo de classe, tinha como eixo de luta a exploração da força de trabalho e a opressão sexista exercida pelos patrões, abrindo espaço a um movimento feminista operário articulado à exploração econômica e à dominação sexual. Essa corrente teve influência do movimento anarquista europeu e, diferentemente do feminismo liberal, estava preocupado com as relações que regiam e fundamentavam as relações de exploração

na sociedade capitalista. (MOREIRA, 2007, p. 53 apud LOBO, 1991, n.p)

Porém, o Movimento Feminista começa a tomar forma enquanto movimento organizado a partir da década de 70, com a resistência de mulheres ao regime autoritário da época. Essa resistência ainda não era plenamente um levantamento da bandeira feminista, mas a eventual organização de mulheres nessa luta política trazia, por si só, a questão de gênero, uma vez que a possibilidade da atuação política feminina na sociedade era, também, uma ação revolucionária.

As mulheres participaram ativamente da construção do processo de democratização inserindo-se, inicialmente, em movimentos que protestavam o fechamento dos espaços políticos tradicionais, durante o regime autoritário, assim como em movimentos contra o alto custo de vida. Elas se organizaram em clube de mães, associações de bairros, movimentos contra carestia. Essas inserções começam a deslocar o lugar da mulher da família para um âmbito da sociedade e, embora relacionadas à sua condição de mulher, refletem um avanço no que tange à sua participação fora do espaço privado, familiar. (MOREIRA, 2007, p.51)

O ano de 1975 foi considerado pela ONU o Ano Internacional da Mulher, o que constitui um outro marco no movimento feminista, e as militantes brasileiras viram uma oportunidade de levantar as discussões de forma pouco mais livre, uma vez que estavam inseridas em um contexto de repressão ditatorial. No mesmo ano, ocorre o Congresso de Mulheres Brasileiras, onde há vestígios de um Manifesto de Mulheres Negras, que, segundo Kia Lilly Caldwell, "marcou o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro". (CALDWELL, 2000, n.p)

Mas é em 1985, quando ocorre o III Encontro Feminista Latinoamericano, no litoral paulista, que emerge uma efetiva mobilização de mulheres negras em busca da visibilidade no movimento feminista. Foi a partir deste acontecimento que nasceram os primeiros coletivos e encontros nacionais de mulheres negras.

O fato marcante tocada por todas entrevistadas, no Encontro de Bertioga, é a cena em que se estabelece uma tensão quando chega um ônibus do Rio de Janeiro lotado de mulheres negras que não estavam inscritas no Encontro e queriam dele participar. Do total de 850 participantes, 116 mulheres inscritas se declararam como negras mestiças (MOREIRA, 2007, p. 59)

De acordo com Lélia Gonzalez (1984), esses grupos de mulheres negras que surgiram nos anos seguintes acabaram sendo reabsorvidos pelo Movimento Negro. As feministas negras estariam, então, atuando nos dois movimentos simultaneamente. No movimento de mulheres tradicional, levantando as questões raciais e resistindo à invisibilidade, e no movimento negro, que mesmo estando passível da reprodução de ideologias sexistas, as relações se estabeleceriam num nível um pouco mais igualitário, devido a "experiência histórico-cultural comum". Gonzalez relata que no MN as mulheres ainda teriam, de certa forma, um espaço para discutir essas especificidades, considerando que estavam em um momento histórico em que a esquerda política considerava tais questões como distrativas ou segregadoras à luta do proletariado.

A socióloga Núbia Moreira (2016) ressalta que existem diferentes narrativas nas pesquisas que apontam qual teria sido a origem das organizações de mulheres negras. A narrativa mais propagada e absorvida pela militância é a de que o feminismo ne-

gro teria nascido dessa falta de espaço político no interior do movimento feminista hegemônico, que é também a narrativa de feministas não-brancas estadunidenses, canadenses e inglesas, que influenciaram em muitos pontos o feminismo negro brasileiro. Uma segunda narrativa seria que as organizações de mulheres negras surgem no Centenário da Abolição em 1988, emergindo do Encontro Nacional de Mulheres Negras que ocorreu neste mesmo contexto. E a terceira narrativa seria que essas organizações remeteriam ao período da escravidão, onde a mulher negra teria a habilidade de agregar e liderar comunidades e famílias em torno de si. Mas, para Moreira, o feminismo negro teria nascido justamente da intersecção entre os movimentos negro e feminista.

Núbia Moreira é uma das intelectuais presentes nessa emergência do feminismo negro brasileiro, assim como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e muitas outras que contribuem para a militância das mulheres negras e para a teorização das questões do sujeito social mulher negra. Como dito por Moreira (2016), o feminismo negro possibilitou através de suas lutas, "a generificação da raça e a racialização do gênero", e a interseccionalidade tornou possível a compreensão da lógica dos sistemas de dominação nas suas mais variadas formas e apontamentos. Mais do que isso, o feminismo negro notabilizou a mulher negra enquanto sujeito político autônomo e produtor de teorias agregadoras aos movimentos sociais.

O feminismo negro ganhou uma visibilidade maior no século XXI, com a circulação dessas informações em mídias sociais, com a popularização das questões de movimentos sociais como um todo, e também com uma presença -pouco- maior de mulheres

negras nas Universidades, fortalecendo e produzindo mais ainda a teorização das interseccionalidades e das questões raciais, de gênero e de classe. A incorporação dos temas como sexualidade também ganhou força na contemporaneidade.

Em palestra dada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a professora doutora Flávia Rios (2018) discorre sobre as convergências e divergências entre as gerações do movimento feminista negro. Ela observa que na segunda e terceira geração do feminismo negro, que dataria de 2008 em diante, as redes sociais estão muito presentes como ferramenta de propagação de pautas e questionamentos e também de processos formativos. E a interseccionalidade passa a ser utilizada como linguagem de identificação na terceira geração do feminismo negro (após 2013), porque é consolidada o feminismo interseccional enquanto vertente feminista, embora a definição de feminismo interseccional ainda esteja sendo discutida. Nessa geração há uma grande presença de blogueiras, YouTubers e outros encargos na internet, o que tornou os feminismos cada vez mais ocupados por meninas mais jovens.

Flávia Rios destaca, também, os desafios que esta geração do feminismo viria a enfrentar. Se o feminismo negro emergiu em um processo de democratização na década de 80, a terceira e atual geração do feminismo negro estaria enfrentando um processo de “desdemocratização”, com a presença de políticas regressivas e rejeições civis ao crescimento dos movimentos sociais. Ela destaca também, que as redes sociais, que por um lado possibilitam melhor o diálogo e a propagação dessas questões, por outro acabam sendo utilizadas também para uma propagação mais escancarada de um discurso de ódio e manifesto de

atitudes racistas, junto à emergência de grupos fascistas e de extrema direita. Mas, nesse contexto, um outro marco e conquista do feminismo negro brasileiro foi o acontecimento da primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras, em 2015.

A luta das feministas negras é pela existência, pelo reconhecimento de suas humanidades, que historicamente, as foram negadas. Surge não no intuito de tentar derogar a luta das feministas tradicionais, mas sim de acrescentar novas consciências com base na experiência e nas diversidades. Além disso, o feminismo negro atua não apenas reformulando e moldando a teoria feminista hegemônica, mas também impulsiona, com o conceito de interseccionalidade, o pensar sobre as diferentes opressões sociais. Inclusive as que tornam diversas as vivências entre as próprias mulheres negras, sendo pobres, lésbicas, transsexuais, entrecruzando outras opressões que também vão além da questão de raça e gênero.

(...) Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual, logo é pensar projetos, novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências e reexistências. (RIBEIRO, 2017, p. 14)

*(...) Na busca do entendimento desta minha breve existência, danço, escrevo, teço palavras com fios desfiados da flor do útero das minhas ancestrais. Vasculho minhas lembranças e, na memória corporal, decifro a dor, encontro a raiz da violência, observo o medo, destilo a alegria, enfeito a doçura, mergulho na paz e conheço a liberdade.*

*(Ida Mara Freire)*

## 2.1 MULHERES NEGRAS E ESCRITAS DE SI

Como dito por Djamilia Ribeiro (2017), "ter direito à voz, é ter direito à humanidade", e, mulheres negras, tendo suas humanidades historicamente negadas, sofreram um processo de silenciamento que inclui uma pré-determinação de seus lugares na sociedade, bem como a imposição desse silêncio. Ribeiro fala sobre a necessidade de rompimento com esses silêncios, para que haja uma pluralidade de vozes, e não a voz única e hegemônica do homem branco. Há uma necessidade histórica de que as mulheres negras falem e sejam ouvidas, para que dessa forma, seja possível a reconquista de suas humanidades.

(...) Quando eu falo de silêncio, eu não digo necessariamente a gente responder diretamente a alguém. Quando eu penso em silêncio, eu penso nos silêncios institucionais, eu penso no silêncio em relação à naturalização da morte de corpos negros, eu penso no silêncio em relação às desigualdades. Eu penso no silêncio quando a gente está em um país como o nosso, de maioria negra, e a gente não se enxerga, a gente não se vê nos espaços. (...) Mas, se pessoas negras não falam, e mulheres não falam, que tipo de sociedade a gente está constituindo? Porque serão sempre os mesmos a falar, e a gente não rompe com a norma branca e masculina. Então, é necessário, para esse sujeito que sempre esteve nesse lugar de fala, entender que muitas vezes o lugar dele na contribuição dessa luta é ouvir e entender a nossa necessidade histórica de falar. (RIBEIRO, 2017)

A reivindicação desse direito à voz implica no que Audre Lorde chama de "transformação do silêncio em linguagem e ação". A autora reforça a necessidade da fala e da expressão para as mulheres negras, uma vez que o silêncio não as protege. Mulheres negras podem se sentir vulneráveis ao falar, e Lorde insiste que

a visibilidade, apesar de assustadora, é necessária para a sua sobrevivência.

No silêncio, cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento. Mas antes de nada acredito que tememos a visibilidade, sem a qual entretanto não podemos viver, não podemos viver verdadeiramente. Neste país em que a diferença racial cria uma constante, ainda que não seja explícita, distorção da visão, as mulheres Negras temos sido visíveis por um lado, enquanto que por outro nos fizeram invisíveis pela despersonalização do racismo. Ainda dentro do movimento de mulheres tivemos que lutar, e seguimos lutando, para recuperar essa visibilidade que ao mesmo tempo nos faz mais vulneráveis: a de ser Negras. (LORDE, 1977, n.p)

Lorde argumenta que as mulheres negras já tiveram suas humanidades destituídas e o direito à vida e à liberdade negados, estando sempre acompanhadas do medo, mesmo que estejam em silêncio. Segundo a autora, não deve-se aderir ao silêncio por conta do medo, porque o sistema as atingirá de qualquer forma, estejam elas falando ou não.

(...)  
e quando falamos temos medo  
que nossas palavras não sejam ouvidas  
nem bem-vindas  
mas quando estamos em silêncio  
ainda assim temos medo

Então é melhor falar  
lembrando-nos  
de que nunca fomos destinados a sobreviver  
(LORDE, 1978, n.p, tradução nossa)

A importância dessa pluralidade de vozes implica também no que a escritora nigeriana Chimamanda Ngozie Adichie chama de “os perigos da história única”. A história única consistiria justamente nas narrativas hegemônicas baseadas em estereótipos. Socialmente falando, a história única criada é a que é contada pela voz que tem o poder, que pré-determina o lugar da mulher negra, e é a partir da propagação das vozes de mulheres e do rompimento de seus silêncios que será possível o conhecimento das suas pluralidades, das outras histórias, de suas humanidades, pensamentos e individualidades.

(...) Todas essas histórias fazem-me quem eu sou. Mas insistir somente nessas histórias negativas é superficializar minha experiência e negligenciar as muitas outras histórias que formaram-me. A única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem um história tornar-se a única história. (ADICHIE, 2009)

A escritora Conceição Evaristo cria o conceito de *escrevivências*, que baseia-se na ideia de mulheres negras narrando suas próprias experiências, e, através da propagação de suas vivências, tornam-se “sujeitos de si” e contadoras de suas próprias histórias. “E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação.” (EVARISTO, 2005, n.p)

As *escrevivências* serão o cerne deste projeto, que visa a divulgação das escritas de mulheres negras sobre as suas memórias, experiências vivenciadas, reflexões e situações de opressão, tendo como objetivo justamente o estímulo ao rompimento de seus silêncios através da escrita. Essas escritas possuem uma

dimensão emocional que entrecruza a importância política da prática. É afetiva, mas a ação de mulheres negras contando suas próprias histórias é, por si só, transgressora, sendo uma auto-inserção em um lugar de fala que as foi negado.

É como conta Stephanie Ribeiro (2017) sobre a relação dela e das outras gerações de sua família com a escrita. Para a escritora, a escrita é uma forma de conseguir lidar com as próprias fraquezas em uma sociedade que a todo tempo exige e testa a sua força. Ela conta, também, como outras mulheres negras se identificam com os seus escritos e se vêem no que ela escreve. Este é um outro ponto a ser considerado: quando mulheres negras escrevem sobre suas histórias, outras mulheres negras tendem a se sentir contempladas e representadas por essas narrativas, em grande parte por terem vivenciado situações semelhantes que são socialmente inerentes à condição de mulher negra, mas principalmente porque são histórias que foram até então reprimidas e ignoradas e não tendem a estar circulando na mídia e nos meios principais de propagação de informação. Como apontado pela historiadora Giovana Xavier:

Narrar na primeira pessoa as nossas histórias de beleza, força e sucesso é parte dessa restituição, pois produzir nossos próprios saberes a partir de quem somos e do que sonhamos representa revidar com a poderosa arma da beleza, o anonimato, a pobreza, o preterimento e os alarmantes indicadores sociais como a história única pela qual somos vistas e narradas. Significa a aposta em um projeto de humanidade negra comprometido em conferir visibilidade a trajetórias que nos fazem enxergar a diversidade que nos constitui. As potências que carregamos, multiplicamos e que estão ausentes dos grandes meios de comunicação. (XAVIER, 2017, n.p)

“Os Bastidores”, é uma série da artista plástica Rosana Paulino



(1997), formada por diversos bastidores estampados com imagens de mulheres negras e costuras emaranhadas em lugares específicos, como olhos, boca e garganta. Uma representação da repressão e silenciamento presente nas histórias de mulheres negras. "(...) Linhas que modificam o sentido, costurando novos significados, transformando um objeto banal, ridículo, alterando-o, tornando-o um elemento de violência, de repressão. O fio que torce, puxa, modifica o formato do rosto, produzindo bocas que não gritam, dando nós na garganta."

A escrita, a manifestação artística, os registros e a exposição dos registros, são as possibilidades de fala. São as ferramentas para que essas costuras citadas por Rosana Paulino sejam desfeitas. Foi o que motivou alguns estudantes na disciplina Intelectuais Negras em 2017, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a propôr uma vivência em sala de aula em torno do desmonte nesses nós e costuras. A turma era composta majoritariamente por estudantes negros. Alguns grupos foram formados na turma, e cada grupo ficou responsável por conduzir uma aula que abordasse a história e a obra de artistas e escritoras. Além disso, era proposta uma dinâmica baseada na discussão proposta e no compartilhamento de vivências. Baseando-se na obra de Rosana Paulino, esse grupo levou ao quadro fotos, com costura em áreas específicas, de mulheres negras que haviam sido vítimas de violência. A proposta foi que cada aluno se levantasse, compartilhasse uma vivência e, com o auxílio de uma tesoura, desatasse um dos nós nas fotos.

"Desatar os nós." Quando me peguei dentro dessa proposta do nosso grupo, vi que não seria fácil desatar algum nó meu na sala de aula, só que contrariando toda a minha ansiedade, foi leve, foi um momento de muita troca, de transgressão e autoconhecimento. Libertei-me de concepções e afirmações que fazem parte do nosso racismo estrutural, que crescemos ouvindo e quando nos damos conta já os internalizamos, e sem perceber, aceitamos o cantinho da sala e de cabeça baixa. Tirei o nó da garganta e gritei pro mundo que o meu lugar de mulher preta é aonde eu quiser. (CASTRO; BAUER; ROSA; PEREIRA; MOURA, 2017, n.p)

A questão da intelectualidade negra é discutida por Bell Hooks, que fala sobre a necessidade de estimular a produção intelectual de mulheres negras. Como o trabalho intelectual nem sempre é encarado pela sociedade como uma forma efetiva de atuação política, os grupos marginalizados, sobretudo as mulheres negras, tendem a não considerar a produção intelectual algo importante, ou que a mesma não tenha uma ligação concreta com a realidade. Além disso, a sociedade não percebe a produção intelectual da mulher negra, o que dificulta sua divulgação e a aproximação de outras mulheres negras com essas produções, até mesmo porque, historicamente, as mulheres têm sido consideradas "só corpo, sem mente"<sup>4</sup>. Há um ideal racista e sexista do que é um intelectual, o que contribui para que mulheres negras rejeitem, temam ou sequer tenham acesso à oportunidade de realizar o trabalho intelectual. E as mulheres negras que se dedicam à produção intelectual, inserem-se em um ambiente acadêmico que encaram a sua produção como "suspeita". "Algumas

---

<sup>4</sup> A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que "as mulheres desregradadas" deveriam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo, sem mente. (HOOKS, 1995, p. 469)

de nós preferiram assim negar sua capacidade intelectual, para não enfrentar sua realidade" (HOOKS, 1995, p. 468).

A autora discorre, ainda, sobre a diferença entre acadêmicos e intelectuais e sobre o que seria um intelectual.

"O intelectual não é apenas alguém que lida com ideias. (...) é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas, porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. Segundo, intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla." (HOOKS, 1995, p. 468)

O conceito das escrituradas não se refere exatamente à produção acadêmica, mas às histórias de mulheres negras sobre suas experiências, independente do meio onde essas escritas serão feitas e veiculadas, e independente do conhecimento acadêmico ou da escolaridade de quem as escreve. É a questão da insubordinação citada por Conceição Evaristo, "que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere "as normas cultas" da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada". (EVARISTO, 2005, n.p)

Carolina de Jesus foi uma escritora e poetisa brasileira, negra, pobre e de pouco estudo, que ficou conhecida pelo livro "Quarto de despejo", formado por fortes e descritivos relatos de sua vida e do seu cotidiano na favela do Canindé, em São Paulo. Carolina convidou um jornalista, que estava na comunidade para fazer uma reportagem, para ler os seus escritos, e o jornalista a ajudou a publicar o material. Sua obra foi publicada de forma original, com sua própria ortografia e construção, e traduzida em diversas línguas.

Ainda assim, em 2017, em um evento de homenagem à escritora na Academia Carioca de Letras, um acadêmico sentiu-se no direito de dizer que a obra de Carolina de Jesus não poderia ser entendida como Literatura. A escritora Elisa Lucinda, também presente no evento, palestrou em seguida, e rebateu a fala do acadêmico.

E prossegui dali: se me perguntarem o que mais me incomoda no epidêmico e sistemático racismo direi que é o olhar que depositam sobre nós a proferir as mesmas mudas perguntas: "como ousas? O que você está fazendo aqui? Você não sabe que aqui não é o seu lugar?". Sem flagrante aparente mas intimidadora essa pergunta é feita com o olhar e não deixa dúvidas. Portanto, herdeira da coragem dessa mulher que no ano que nasci foi descoberta por escrever o seu olhar nos papéis que catava e os quais reciclava em cadernos, venho exaltar o seu escrito. Citei trechos de sua safra genial. Faça. Lâmina. Soco na boca do estômago: "quem inventou a fome, são os que comem". "Quem não tem amigo, mas tem um livro, tem uma estrada", "Fiz o café e fui carregar água, olhei o céu a Estrela Dalva já estava. Como é horrível pisar na lama. As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários". E perguntei a essa altura à emocionada plateia: Isso não é literatura? Me desculpe, senhor Ivan Cavalcante Proença, o que Carolina Maria de Jesus fez chama-se Literatura e por isso estamos aqui, e por isso a tradução em tantas línguas, e por isso o maravilhoso livro Quarto de despejo que fez com que a referida autora fosse tema do Fórum das Letras de Ouro Preto, idealizado e concebido pela maravilhosa escritora Guiomar de Grammont, editora da melhor qualidade, conhecida como curadora de Feiras Literárias internacionais. (LUCINDA, 2017, n.p)

Mas, a produção acadêmica das feministas negras que moldam a teoria hegemônica andam lado a lado com as escrituradas. Ambas as produções fazem parte da luta em busca da abertura de um espaço que é, a princípio, inexistente, e ambas impulsionam a pluralidade de vozes em uma sociedade que negou a

mulheres negras o direito à fala. Aliás, as vivências de mulheres negras foram justamente os motores da luta de feministas negras, porque eram vivências diferentes das mulheres que estavam liderando o movimento feminista em seu surgimento. As escrevivências tornam mulheres negras visíveis e fortalecem a luta pelas suas humanidades, transgredindo fronteiras discursivas, e dessa forma, são, também, dotadas de intelectualidade negra.

Para quem escrevemos, é necessário examinar não só a verdade do que falamos mas também a verdade da linguagem em que o dizemos. Para outras, se trata de compartilhar e difundir aquelas palavras que significam tanto para nós. Mas em princípio, para todas nós, é necessário ensinar com a vida e com as palavras essas verdades que acreditamos e conhecemos mais além do entendimento. Porque só assim sobreviveremos, participando num processo de vida criativo, contínuo e em crescimento. (LORDE, 1977, n.p)

4

**IMA: IRREVERÊNCIAS**

### 3.1 PUBLICAÇÕES INDEPENDENTES E ATUAÇÃO POLÍTICA

O termo "publicação independente" abrange uma série de discussões e significados. Comumente é associado ao que é popularmente conhecido como "fanzine", o que não é um equívoco, já que os fanzines ou zines, são de fato publicações independentes, e talvez tenham sido, historicamente, as grandes indutoras (ou evidenciadoras) da prática. Porém, assim como o termo "publicação" é capaz de alcançar uma amplitude de formatos e significados, a publicação independente também não deve ser reduzida a um único formato e ideia. Para início de discussão, podemos entender o termo como direcionado à diversidade de publicações alternativas, que não estão ligadas aos interesses mercadológicos de empresas editoras convencionais.

Márcio SNO (2015) é um zineiro brasileiro que dedicou boa parte da sua vida não apenas a produção de zines, mas também a pesquisas e debates sobre o tema. Em "O Universo Paralelo dos Zines" ele relata que o primeiro zine surge no Brasil em 1965, em São Paulo, e era uma publicação direcionada a colecionadores de revistas em quadrinhos. Porém, o termo fanzine só foi reconhecido no país a partir de 1970, junto com a ascensão do movimento punk no mundo. Em meio a ditadura, os zines foram utilizados por estudantes como forma de protesto. Esse caráter político e de insubordinação do zine é uma de suas principais características, pois torna a publicação irreverente não apenas em seu modo de fazer, mas também em seu conteúdo.

Claro que nem todos os zines possuíam caráter político. Muitos surgiram no intuito de divulgar bandas musicais, por exemplo,

ou até mesmo de forma despreziosa, com caráter artístico e subjetivo, ou partindo do interesse do zineiro de falar sobre os mais diversos temas, como cinema, ficção, entre outras outras manifestações culturais. Porém, neste presente projeto, visto seu cunho político-social, evidenciaremos as publicações independentes enquanto ferramentas de mobilização política.

Um exemplo dessa mobilização foi o riot grrrrrl zines, movimento americano de mulheres, que sob influência do movimento punk e do movimento feminista, começaram a produção de zines que reivindicavam direitos e falavam sobre os mais diversos assuntos em torno da questão de gênero. Rozalia Jovanovic (2010)

Figura 1 - Zine *Jigsaw*, de autoria da musicista Tobi Vail, sétima edição.



Fonte: FLAVORWIRE (2010)

Figura 2 - Zine *Girl Germs*, de Molly Neuman e Allison Wolfe, terceira edição



Fonte: FLAVORWIRE (2010)

conta que o movimento teve início com o zine Jigsaw, em 1988, em Washington, tendo como conteúdo um artigo sobre gênero, e impulsionando, depois, o surgimento de outras publicações com o mesmo teor e em sua grande parte criadas por integrantes de bandas de punk femininas.

Em conversa com Felipe Conrado (2018), que realizou uma pesquisa sobre editoras independentes em seu projeto "Um olhar sobre a publicação alternativa brasileira", o estudante de Comunicação Visual chama a atenção para a diversidade de nichos, formatos e propósitos que abrangem a publicação alternativa no Brasil contemporâneo. A publicação independente teria atingido um outro patamar, diferente do citado por Márcio SNO quando o autor relata o surgimento das zines.

A internet na atualidade é um meio ágil e muito atrativo de propagação de informações, o que torna a circulação informativa através de mídia impressa menos valorizada. Então, o formato impresso torna-se algo com um valor quase afetivo, e os editores independentes na atualidade tendem a recorrer a apelos visuais e inovações.

Hoje percebe-se a popularidade de eventos como feiras de publicações independentes, onde os criadores podem expor os seus trabalhos, e muitas contam até com uma curadoria que pré-seleciona as editoras que irão ou não participar. Conrado realizou sua pesquisa de campo a partir de observações e entrevistas em algumas dessas feiras, como a Feira Tijuana (RJ), a Feira Cria (PB), MOTIM (DF) e Miolo (SP). Ele observa que talvez até exista ainda um nicho saudosista, que resgata o início das zines na história, enquanto publicações de baixo custo, sem

grandes preocupações de acabamento, com o propósito maior de propagar e divulgar o conteúdo. Porém, o nicho mais recorrente nessas feiras, são os que caracterizam um teor artístico e com maior apelo visual, exploração de materiais e recursos e que buscam chocar ou diferenciar. Há ainda um outro nicho que visa publicar um conteúdo bem parecido com as editoras tradicionais do mercado, como livros (que até possuem um certo apelo visual diferenciado), mas que acabam se aproximando muito (ideologicamente e visualmente) do que é produzido pela indústria gráfica e o mercado editorial.

Porém, todas as editoras têm em comum o objetivo de tornar possível a existência de suas ideias e projetos editoriais, independente do interesse do mercado editorial convencional. Como apontado pelo escritor e editor independente Fabio Moraes (2018):

No Brasil, a atividade editorial parece-me um ato de guerrilha em relação à história de um país autoritário fundado como empresa capitalista onde, ao invés de cidadãos, os habitantes eram/são apenas funcionários-escravos alienados da divisão internacional do trabalho – esta afirmação, até poucos anos atrás, soaria desbotada, mas o golpe de 2016 a reatualizou. Nossa relação com a página, com o espaço público que ela é, passa pelo ato de roubá-la de uma elite letrada e monopolista, e é isso que vejo nas atuais feiras de impressos: pequenos editores e auto-editores desafiando o monopólio de editoras que atuam não só arbitrando e legitimando o que deve ser publicado, como reforçando nossa proibição editorial ao colocar livros no mercado cujo preço beira a um décimo do salário mínimo. (MORAIS, 2018, p. 6)

É válido destacar que nessas feiras os artistas se inserem no propósito não apenas de expor, mas também de comercializar as suas produções, sendo criado um outro mercado, alternativo, que de certa forma também possui suas lógicas, limites e preferências. As editoras independentes surgem, de fato, de forma

insubordinada ao mercado vigente editorial atrelado à indústria. Porém, é ilusório achar que a prática rompe as barreiras sociais do sistema vigente, pois dependendo de como essas editoras se propõem a realizar suas produções, a que custo vendem seus trabalhos, e do conteúdo que é apresentado nos mesmos, o alcance e o público dessas publicações podem (ou não) se tornar elitistas e excludentes.

Por isso, é importante lembrar que a prática é realizada também fora do universo das feiras, muitas vezes sem o menor princípio comercial. Obviamente o editor que opta por uma publicação de zero ou baixo custo pode se deparar com obstáculos de custo e reprodutibilidade, tendo que buscar alternativas para produção da zine, e tendo a sua liberdade para uso de materiais e a escala de produção limitada, ou recorrendo a meios diferenciados de impressão e de arrecadação de dinheiro, como é o caso do financiamento coletivo online. De certa forma, parte da irreverência que faz parte da produção dos zines decorre justamente da luta pela viabilidade de produção das publicações. Assim como agora, na era digital, existem também muitas publicações que circulam online, que se desprendem dos limites de custo de produção e muitas vezes conseguem ter um alcance de público maior.

De modo geral, mesmo nos zines que fazem parte desse universo das feiras, são presentes as temáticas e provocações políticas, o que pode ser uma herança da origem subversiva e insubordinada dos zines. Politicamente, é possível pensar nas publicações independentes também como uma mídia alternativa e transgressora, considerando que além do formato zine, a publicação independente pode ser um jornal, um cartaz, uma

revista, etc. Hoje vemos muitos exemplos de jornais de iniciativa independente, alguns que são vendidos a preços baixos e outros que são distribuídos gratuitamente.

De qualquer forma, todos surgem da necessidade de comunicar o que a mídia convencional vigente não está propagando, como é o caso alguns jornais produzidos por coletivos nas favelas e

Figura 3 - Capa da edição 83 do Maré de Notícias, publicada em dezembro de 2017.



Fonte: Redes da Maré (2017)

periferias, que relatam de forma mais honesta e realista as operações policiais violentas que ocorrem nos cotidianos dos moradores, por exemplo. Bem como eventos e acontecimentos culturais que ocorrem dentro das favelas. É o caso do jornal *Maré de Notícias*, idealizado pela Redes da Maré, uma instituição não-governamental que visa a garantia de direitos e realização de projetos socio-culturais direcionados a grupos sociais marginalizados, atuando no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.

Durante a década de 80, com a organização do movimento feminista negro no Brasil, surge o *Nzinga*, Coletivo de Mulheres Negras, que foi fundado por algumas ativistas negras, dentre elas, Lélia Gonzalez. O coletivo cria, em 1985, o *Nzinga Informativo*, um jornal independente que tinha como conteúdo as discussões em torno das pautas sociais de raça e gênero, organizações políticas e histórias e relatos de mulheres negras.

Figura 4 - Capa de duas edições do *Nzinga Informativo*



Fonte: [medium.com/@demode](https://medium.com/@demode)

Como relata Viviane Gonçalves (2016) em sua pesquisa "*Nzinga Informativo: a imprensa feminista feita por negras e para negras*":

As edições tinham de seis a oito páginas, sendo que em nenhuma delas os textos eram assinados, o que remete ao caráter coletivo da produção. Esse espaço de fala em primeira pessoa das mulheres negras trazia temáticas distintas das presentes na agenda dos outros jornais, não apenas feministas, mas também com importante reflexão sobre as inúmeras tentativas de silenciamento da população negra, em especial, das mulheres negras. (GONÇALVES, 2016, n.p)

Reconhece-se, então, a publicação independente em suas mais diversas atuações e formatos, seja de caráter informativo e de imprensa, ou enquanto manifestação artística, ou a congruência entre os dois. O essencial é que seja reconhecida a sua importância política, visto que são desvios dos grandes canais de mídia vigentes, possibilitando a pluralidade de vozes e temas e dando espaço a grupos e olhares que em muitos momentos podem estar sendo invisibilizados ou tendo suas realidades deturpadas. As publicações alternativas podem ser, também, uma ferramenta de combate às histórias únicas<sup>6</sup>, bem como um meio plural de propagação de informação atrelado a movimentos sociais.

<sup>6</sup>

Vide capítulo 2, página 27.



### 3.2 INTERVENÇÕES URBANAS: A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO COMO ATO POLÍTICO

Intervenções urbanas podem ser entendidas como manifestações artísticas que reconfiguram, modificam ou complementam o espaço urbano através de composições visuais, táteis e/ou sonoras. Reconfigurando o espaço, as intervenções urbanas criam uma nova percepção do espaço de circulação de pessoas que são as cidades, causando um impacto ou passando uma mensagem que ocasiona a quebra do status quo nos cotidianos das pessoas.

São manifestações artísticas, e podem ser classificadas como instalações artísticas, mas se diferenciam das instalações que são postas integrando o espaço arquitetônico em galerias e museus, principalmente considerando as diferenças de relação entre a instalação e o espectador. Em galerias, há regras e limitações quanto às ações e comportamento do espectador para com as instalações. Quando a instalação está inserida no espaço urbano, ou seja, transgride e se torna uma intervenção urbana, está sujeita às imprevisibilidades e mutabilidades do espaço público, e sua existência ganha significado justamente a partir dessa interação física e construção da experiência com o espectador. (BOSCO E SILVA, SOUZA, 2012, n.p)

Socialmente, é interessante perceber que essa reconfiguração do espaço está sempre passando uma mensagem, por mais que tímida ou sutil, e implica na mudança, mesmo que momentânea, de uma realidade costumeira. A intervenção urbana traz o inesperado no espaço, e busca comunicar através do estranhamento, pois é através do estranhamento que surge o questiona-

mento, e é a partir desses questionamentos que se baseia o caráter político das intervenções urbanas. A intervenção no espaço urbano pode subjetivamente supôr (ou propor) uma intervenção em uma realidade vigente.

A intervenção urbana promove a quebra de barreiras entre arte e vida. Ao apropriar-se do espaço urbano, ela dialoga diretamente com a vida da cidade em que se instala, fazendo as barreiras entre arte e vida se diluírem. A intervenção urbana passa então, durante o breve momento de sua existência a se relacionar com os espectadores não através do distanciamento de uma obra de arte, mas pelo viés da vida em si, quebrando assim as barreiras entre a obra e seu espectador. (BOSCO E SILVA, SOUZA, 2012, n.p)

Assim como dito sobre a irreverência da produção de publicações independentes, as intervenções urbanas são manifestações artísticas que também transgridem barreiras tradicionais da Arte. Até mesmo porque muitas intervenções urbanas na contemporaneidade são feitas de forma espontânea e independente, e não necessariamente por artistas renomados ou que obtiveram espaço em pesquisas acadêmicas e na mídia. São instalações que não dependem da aprovação de uma curadoria, por exemplo, para que existam e sejam vistas. Qualquer pessoa pode reconfigurar o espaço público, e é daí que detectamos a natureza independente e subversiva das intervenções.

Além disso, é importante entendermos que a configuração do espaço urbano é, por si só, um reflexo de nossa cultura e estruturação social. Tanto o espaço físico das cidades quanto o comportamento de seus habitantes e passantes são frutos de nos-

sa história e transformações políticas e sociais. Como apontado pelo antropólogo Edson Alencar:

As classes detentoras do poder econômico comandam o processo urbano. E as implicações dessa dominação não estão apenas sobre os aspectos de administração governamental e poderio do Estado com estruturas territoriais, mas sobre populações inteiras – alterando seus estilos de vida, possibilidade de trabalho, valores políticos e culturais e, até mesmo, concepções mentais do mundo. (BESSA, 2014, p. 214)

Interferir em um espaço que possui tantos reflexos das construções sociais torna-se, então, uma subversão do espaço a uma outra realidade, mesmo que efêmera ou temporária. E, nessa nova realidade criada, impele-se uma idealização e um questionamento da construção do espaço urbano. Assim sendo, o interventor apropria-se do espaço público e convida os espectadores a apropriarem também. A questão de apropriar-se de um espaço pode ser vista também como um ato político.

Como comentado anteriormente, a estrutura vigente da sociedade tende a negar espaços a determinados grupos marginalizados, e o ato de intervir em um espaço, de apropriar-se desse espaço através da arte, é uma prática transgressora que também rompe silêncios e abre locais de fala, assim como a produção de publicações independentes, e assim como as escritivências. O projeto IMA fundamenta-se na irreverência porque torna-se, desta forma, transgressor, não apenas em sua temática (já que como bem apontado por Conceição Evaristo, as escritas de mulheres negras são atos de insubordinação), mas também em todas as suas ações e metodologias.

**IMA: O PROJETO**

## 5.1 OBJETIVOS E AÇÕES

A idealização do projeto IMA é construída a partir das questões em torno dos conceitos de lugar de fala, escrevivências e silenciamento social. IMA busca, através da Arte e do Design, criar soluções visualmente atrativas que convidam o público a ter contato com as escritas de mulheres negras, dedicando um tempo à escuta dessas histórias, contadas de si, para si e para o mundo. O nome "IMA" é um nome feminino nigeriano, que tem como significado "amor e caridade", segundo o Geledés (2013).

Foi dedicado um tempo para recolher textos (escrevivências) de jovens escritoras negras sobre suas memórias e vivências. Neste princípio de projeto, essas escritoras acabaram ficando limitadas a um nicho específico e círculos sociais próximos, mas, em sua continuidade, há o objetivo de expandir a proposta para escritoras negras mais diversas entre si, dentro e fora da Universidade, e de faixas etárias variadas.

A moção principal do projeto partiu da observação em sala de aula na disciplina Intelectuais Negras, na UFRJ, comentada anteriormente. A partir dessa observação ficou evidente a importância de serem criados lugares de compartilhamento de vivências, de acolhimento, da importância do exercício da fala e simultaneamente da escuta. De romper os silêncios, como dito por Djamila Ribeiro. A prática transgressora que é a escrita de mulheres negras ganha, através de IMA, um palanque. O projeto funciona como um motor —porque estimula— e um eco —porque propaga— das escrevivências.

Esse tempo reservado à escuta, não está necessariamente li-

gado à oralidade, mas sim a pôr-se em lugar de entendimento, desviando o olhar da voz e histórias hegemônicas. IMA visa expôr visualmente a sensibilidade que percorre essas escritas recolhidas, muitas contendo histórias tristes e reflexivas. O projeto tem como inspiração o conceito de escrevivências de Conceição Evaristo, bem como toda a motivação política e afetiva por trás dessa prática.

Acima de tudo, reconhecendo o caráter transgressor das escritas de mulheres negras, IMA busca ser, também, um projeto de práticas transgressoras, e por isso utiliza-se de publicações alternativas e intervenções urbanas. Ambas as práticas possuem a questão da insubordinação apontada por Conceição Evaristo: as publicações independentes por não estarem atreladas ao mercado editorial tradicional e as intervenções urbanas por serem modificações e ocupações no espaço público. As duas práticas são historicamente conhecidas pelo seu cunho político.

Pode-se dividir este projeto em cinco ações: o varal de textos, os origamis de textos, os zines, os cartazes de frases e a página em rede social.

### VARAL DE TEXTOS

O varal consistia em fios de barbante entrelaçados entre duas árvores, formando uma rede, onde os textos, colados em recortes de tecido foram pendurados para exposição. Houveram também algumas fotos de mulheres negras recortadas em partes como olhos e boca, em referência às obras de Rosana Paulino citadas anteriormente (p. 28). A intervenção foi feita na parte frontal do prédio da Reitoria da UFRJ.

O recebimento do público foi satisfatório, uma vez que pessoas que circulavam na área, de fato, se aproximavam e paravam para ler os textos. A intervenção cumpriu com o seu objetivo, primeiramente, de chamar a atenção, e por fim, de fazer com que as pessoas que ali circulavam dedicassem um tempo em seus cotidianos para ler as escrituras.





  
**conheça este projeto:**  
 fb.me/maescritas

“(...) Quando você é uma **menina negra**, aprende o que é 'democracia' quando a turma se une nesta importante votação **quais são as pessoas mais bonitas da sala?**(...)”  
 Nathalia Braga  
 medium.com/@nathaliabraga\_Ratt

**Kika**  
 Azo NaR  
 aka: nika.na.r@gmail.com

Minha história é sobre a minha família, a minha história, a minha história. É sobre a minha história, a minha história, a minha história. É sobre a minha história, a minha história, a minha história. É sobre a minha história, a minha história, a minha história.



**Travessia**  
 Ana Lucia Lawrence  
 analucialawrence.com

Passagem por meio de histórias, passagens...  
 O que é a travessia? É a passagem por meio de histórias, passagens...  
 O que é a travessia? É a passagem por meio de histórias, passagens...  
 O que é a travessia? É a passagem por meio de histórias, passagens...

“A nossa **escrevivência** não é ser lida como histórias para a casa grande” e sim **incomodá-los** em seus **injustos.**”  
 Conceição Franks





### **ORIGAMIS DE TEXTOS**

Foi pensado como os textos poderiam se transformar em objetos que pudessem ser manipulados e inseridos no espaço urbano, e constatou-se que uma forma de realização seria a produção de origamis. Os textos foram impressos em papéis coloridos e dobrados em origamis de barco e de pássaro, ambos signos de propagação, movimento, comoção. A proposta era que esses origamis fossem postos em lugares específicos como bancos e mesas, de forma a despertar a curiosidade dos passantes, fazendo com que se aproximassem e interagissem com os objetos-texto. Os origamis eram acompanhados de um cartão, que na frente continha os dizeres "Olá, você teria um tempo para as nossas histórias?", e em seu interior, instruções de como desdobrar o origami. Ao desdobrar, o espectador se depara com a escrevivência impressa.

A prática, no entanto, não rendeu bons resultados. Os origamis foram deixados nos jardins e corredores da Faculdade de Letras e da Escola de Belas Artes da UFRJ, porém, não despertou tanta atenção do público. As pessoas não se interessaram em se aproximar e manipular os origamis, talvez por os considerarem objetos casuais. Em alguns momentos, foram entregues os origamis em mãos, mas como a proposta não estava exatamente direcionada para ser uma distribuição, achamos melhor abandonar a ação.



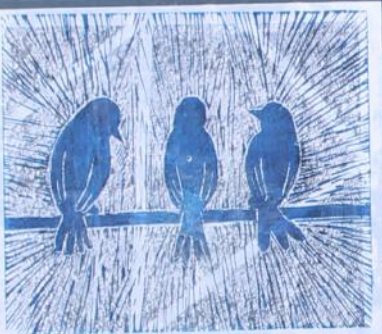


## OS CARTAZES

Foram criados cartazes em tamanho A4, formato que poderia ser feito em impressão caseira, e que também é o formato utilizado em lambe-lambes de cunho político atualmente, que são dispostos em repetição lado a lado, com o objetivo de impactar e de criar frases de efeito, que, quando repetidas, acabam se fixando na memória dos espectadores.

Os cartazes foram feitos a partir de uma base em preto e branco, impressos em impressora a laser, com recortes de texturas de solo (areia, cascalho, terra), e, abaixo, frases que eram referentes a partes dos textos das escritoras. Por cima das texturas em preto e branco, foram impressas xilogravuras de desenhos formados também por elementos da natureza, como flores, plantas e pássaros, em cores vibrantes. As xilogravuras partiram de interpretações visuais relacionadas aos textos em si. Foram inseridos em diversos locais do campus da Ilha do Fundão, na UFRJ.





"Quais são as pessoas mais **bonitas** da sala?"

Nathalia Braga. [medium.com/@nathalibraga](https://medium.com/@nathalibraga), 12/21/13

[facebook.com/maescritas](https://facebook.com/maescritas)



Stephane é **folha de arruda**.

Stephane Marçal. [stephane.marcal.iglesia.com/stephmagreta](https://stephane.marcal.iglesia.com/stephmagreta)

[facebook.com/maescritas](https://facebook.com/maescritas)



Marilia não tinha sequer uma super-heroína **pretinha** como **ela**.

Marilia Pereira. [medium.com/@mariliapd](https://medium.com/@mariliapd)

[facebook.com/maescritas](https://facebook.com/maescritas)





### **A PÁGINA DO FACEBOOK**

A página foi criada como um canal de comunicação, para que os ideais do projeto obtivessem maior alcance e também para o caso de recebimento de mais escritas. Ao longo do desenvolvimento do projeto, foram postadas fotos das intervenções, assim como postagens com frases de intelectuais negras, provocando discussões políticas em torno da temática de IMA. Porém, foi optado por não tornar a página uma grande protagonista do projeto, já que o objetivo inicial seria que IMA fosse calcado em recursos visuais inseridos fisicamente no espaço urbano.

f IMA: Escritas de Nós

Caroline [Página inicial](#) [Criar](#)

**Página** Caixa de entr... <sup>1</sup> Notificações <sup>13</sup> Informações Ferramentas ... Promoções Configurações

IMA: Escritas de Nós  
@imaescritas

**Página inicial**  
Publicações  
Vídeos  
Fotos  
Eventos  
Sobre  
Comunidade  
Informações e anúncios  
[Promover](#)

Curtiu Seguindo Compartilhar [Enviar mensagem](#)

[Criar publicação](#) [Ao vivo](#) [Evento](#) [Oferta](#) [Emprego](#)

[Foto/vídeo](#) [Sentimento/a...](#) [Check-in](#)

Convidar amigos para curtir sua Página

Jackelyne de Oliveira, Joanna Macie e 2 outras pessoas curtiram isso.

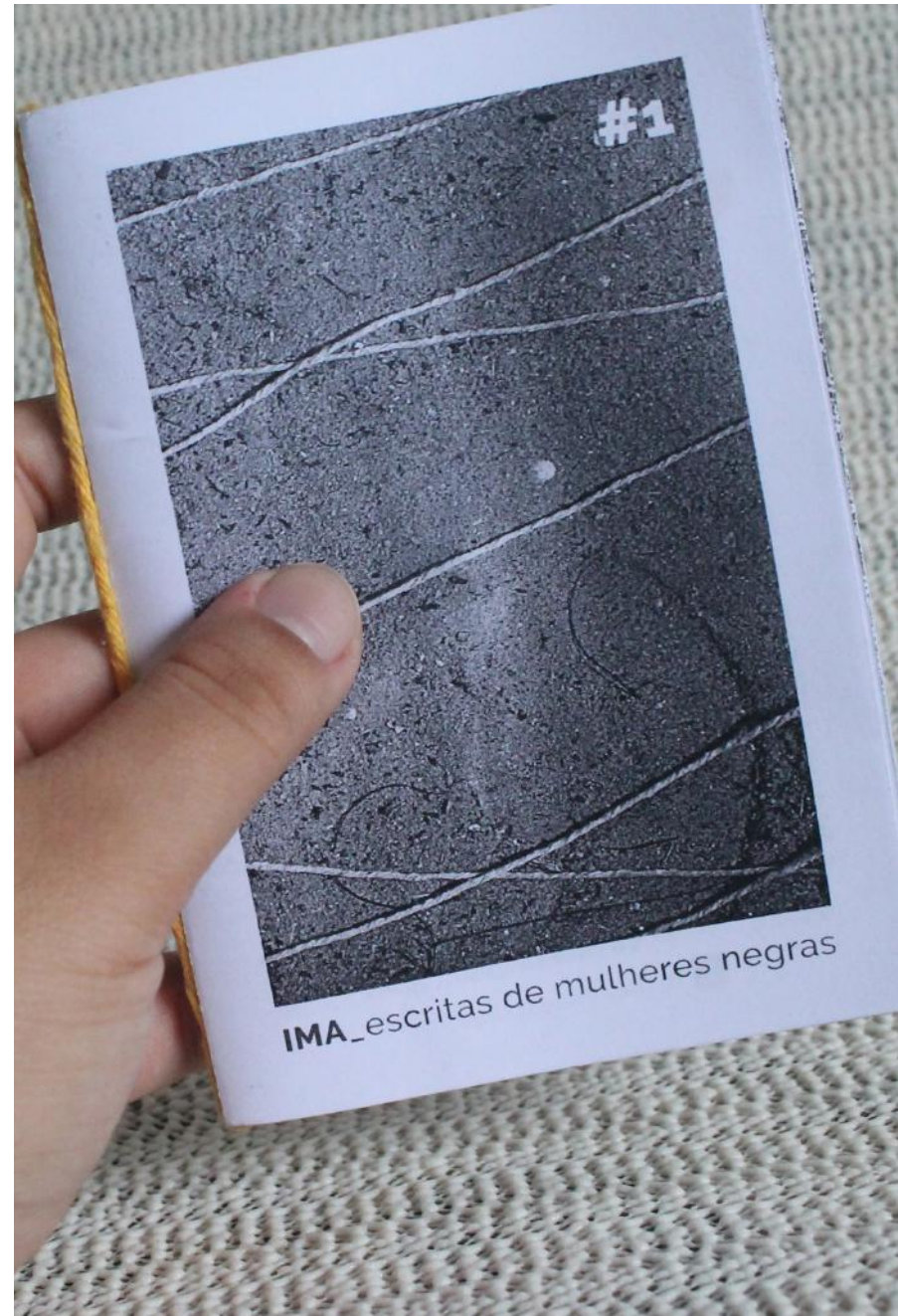
Amplie seu público no Facebook e atrainha mais pessoas interessadas no seu negócio.

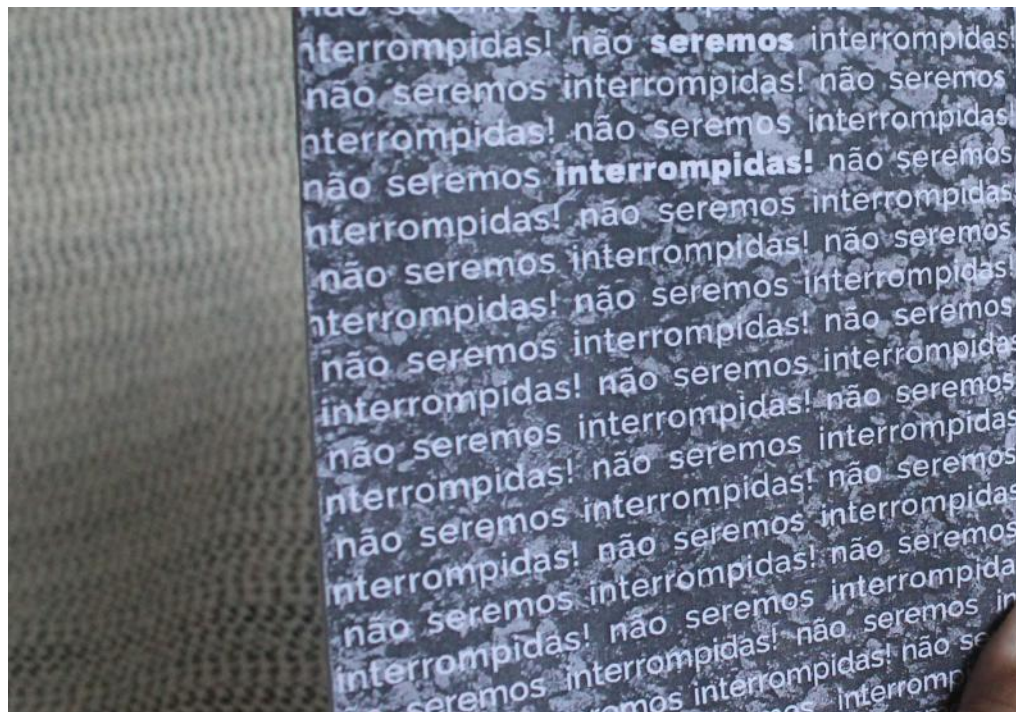
[Convidar amigos](#)

### OS ZINES

As publicações são propostas de baixo custo, investindo na experimentação de materiais e métodos de impressão. O conteúdo é uma seleção de alguns dos textos recolhidos, e não possui nenhum intuito comercial, tendo como objetivo a distribuição gratuita ao público.

Assim como os cartazes, foram impressas as páginas em preto e branco com texturas de imagens da natureza e então essas páginas recebem intervenções em cor, feitas com carimbos artesanais caseiros.







## 5.2 A COMPOSIÇÃO VISUAL E O FAZER AFETIVO

A identidade visual de IMA foi construída a partir de diversas referências e signos que remetem às escritas de intelectuais negras citadas anteriormente, como Rosana Paulino, Ida Mara Freire e Conceição Evaristo.

Uma das questões que permeiam as escrevivências é o resgate da ancestralidade, reconexão das mulheres negras com sua história, com sua ascendência e suas raízes. Essa reconexão com as raízes é uma das fundamentações da utilização de texturas de solo e plantas nas composições visuais de IMA.

Um outro porquê é o discurso que surgiu dentro dos movimentos de esquerda após a execução de Marielle Franco. Como promessa de continuar propagando os pensamentos e ações políticas de Marielle, que pautou sua trajetória política com base nos Direitos Humanos, na luta contra a LGBTfobia, o racismo e o machismo, foi dito, então, que "Marielle foi semente", ou seja: deixou um legado que deve ser seguido, propagando esses princípios e ideologias. "Somos solo e raiz": esses princípios devem ser cultivados e fortalecidos em torno de um objetivo maior.

IMA é, também, um solo que recebe essas sementes que devem ser plantadas e cultivadas em favor de um coletivo; de vozes que precisam ser engrandecidas, e também do estímulo, para que mais mulheres negras se sintam encorajadas a compartilhar suas vivências.

Ida Mara Freire (2014), em seu texto "Tecerãs da Existência", faz

uma analogia do tecer de fios com a escrita de suas vivências e pensamentos, que entrelaça vivências e faz histórias de mulheres negras se encontrarem. Uma rede de fios; uma rede de histórias e vivências.

Destarte, neste ensaio entrelaço fios de vidas das mulheres negras que estão atadas ao fio da minha vida. Em conversas com minha mãe Felícia, que minha vida em seu ventre teceu, escuto sua história marcada por sua mãe, minha avó Maria, e pela mãe de sua mãe, minha bisavó Ana. Mas há também os fios soltos: a cantora e atriz Zezé Motta, que com seu canto me encanta, e com seu corpo me instigou a aceitar o meu corpo negro; a filósofa Hannah Arendt, cuja vida e obra têm me ensinado a tecer a experiência do pensamento; e a minha filha, tecida em mim com os fios do mistério, que me faz crer no milagre dos novos começos. Torno-me também tecelã, teço este texto-existência.

(FREIRE, 2014, n.p)

E é a partir dessa metáfora que também se constrói o varal do projeto IMA, onde são expostas essas histórias de mulheres negras, que são vivências muito parecidas e congruem em alguns pontos e e ao mesmo tempo tão diversas e distantes em outros. O varal (que na verdade é uma trama de fios) é "tecido" com fios de lã que unem essas vivências e formam uma rede conectiva entre essas histórias e essas mulheres.

Coincidentemente, o ato de tecer e as tecelãs são utilizadas como exemplo pela designer Ana Araújo (2014), quando esta faz uma comparação entre a produção industrial e a produção artesanal. Enquanto o fazer industrial aprisiona e aliena o operário a uma única etapa da produção, o fazer artesanal é uma forma

de produzir que empodera o artesão e permite a ele uma visão mais ampla e apropriadora do que está sendo feito. A autora compara a produção de dois tapetes: um produzido industrialmente e outro manualmente, feito de presente para uma noiva, por sua mãe (figuras 5 e 6).

(...) No primeiro, liberdade da tecelã se limita à escolha das cores. No segundo, ela experimenta não só com cores mas também com o design e, principalmente, com as técnicas de manufatura. O tapete apresenta três técnicas diferentes: o kilim, a tecelagem de ponto duplo e o bordado. É interessante notar como o processo de produção menos rígido do segundo tapete encoraja nesse caso uma experimentação no nível da técnica mais que do design – pode-se imaginar a artesã antecipando o seu próprio tédio quando presa a um único processo de tecelagem e por isso optando pela mistura dos três processos. (...)

(ARAÚJO, 2014, p.68)

É interessante observar como a produção artesanal resulta no que a autora chama de **fazer afetivo**, que leva ao ato de produzir a possibilidade da pessoa relacionar-se com o que está sendo produzido, bem como uma liberdade de experimentação, que pode acontecer no nível da técnica ou do design. Muitas vezes quem está produzindo pode buscar um resultado final que atenda de certa forma a um mercado ou a um padrão industrial, porém, ainda que nesses casos não haja tanta liberdade no âmbito da criação, na técnica pode-se experimentar outros modos de fazer e outras ferramentas a serem utilizadas.

A própria imprevisibilidade do fazer manual traz uma questão afetiva ao produto final. As imperfeições da produção artesanal tornam a prática um “fazer impregnado com uma sedutora dose de imperfeição humana” (ARAÚJO, 2014, p.73)

Em IMA, o fazer manual e afetivo são predominantes em quase todos os processos. Primeiramente pela necessidade de viabilizar um projeto de baixo custo, buscando soluções alternativas para chegar a resultados visualmente interessantes. E, além disso, sendo um projeto que defende a prática artística enquanto motor de luta política, a experimentação e essa apropriação do produto final de forma independente das ferramentas que assentam a produção industrial também corroboram um ato político.

Figuras 5 e 6 - *Tapetes e graus de liberdade*, Ana Araújo



Fonte: Livro *Design e política*, p. 68.

### 5.3 CONCLUSÕES E METAS

A imersão no presente projeto possibilitou a obtenção de um olhar mais sensível, e de certa forma também mais crítico, acerca das discussões que adentram o estudo do Design, de suas características e definições, e de quais seriam as funções sociais de um designer. IMA é um projeto que passeia entre os limites e definições da Arte, do Design e da Política.

É importante que o estudante de Design adquira a consciência de que a produção em design não precisa estar necessariamente associada a uma lógica de mercado ou a um produto comercial. O Design pode fundir-se com a prática artística, e mais além, pode ser uma importante ferramenta de transformação social e política.

Permanecendo a visão do designer como um solucionador de problemas, é importante que esse profissional esteja, de fato, atento aos problemas político-sociais que atingem a nossa sociedade e a todas as complexidades que os compõe, de modo a evitar soluções rasas e equivocadas.

IMA foi criado com base em um problema social complexo que é o silenciamento social de mulheres negras. Não é um projeto que busca necessariamente um produto final ou uma solução sólida para este problema, mas é um projeto que busca, através do design, do fazer afetivo e também da prática artística, chamar a atenção das pessoas para essa questão. E para que este projeto pudesse fazer jus a tamanha complexidade que advém da intersecção entre o machismo e o racismo na sociedade, foi necessário um trabalho extenso de pesquisa e embasamento

histórico e científico-social.

Mas, além disso, o contato com escritas tão pessoais e emotivas é algo que transpassa a cientificidade e projetualidade, tornando todo o envolvimento com este projeto um caminho de afetividades e contaminações emocionais.

Tendo o desenvolvimento desse projeto, até este presente momento, como ponto de partida, IMA tem o objetivo de se tornar algo maior, com uma equipe que seja capaz de propôr novos diálogos em torno dessas questões e de propôr novas atividades que possam estimular a escrita de mulheres negras. O projeto pode tornar-se um meio de troca e acolhimento, onde mulheres negras possam ser *tecelãs de suas existências*, encontrando-se em uma rede de suporte e de incentivo às suas escrevivências.

A partir deste projeto, é possível crer que a prática artística e o ato da escrita são, para mulheres negras, atividades que libertam e, simultaneamente, atos de resistência perante às opressões sociais. O objetivo de IMA consiste em levantar essas vozes e evidenciar a importância dessas práticas na sociedade contemporânea, através de projetos visualmente atrativos. Ainda, IMA acontece em um momento de "desdemocratização", como dito por Flávia Rios (vide página 25), de grande ascensão de forças reacionárias e de propagação de discursos de ódio, que buscam, desesperadamente, um respaldo político.

Como dito e lembrado por Audre Lorde (vide página 27), o nosso silêncio não irá nos proteger.

# Referências Bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. Oxford: TEDGlobal, 2009. 1 vídeo (18 minutos), son., color. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br)> Acesso em 18 out. 2018

ARAÚJO, Ana. O artesanato no campo expandido: as diferentes dimensões do fazer político, p. 63-77. In: **Design e política**. Editora Fluxos, 2014. Disponível em: <[http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/DesignPolLivro\\_Final.pdf](http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/DesignPolLivro_Final.pdf)> Acesso em 18 out. 2018

BESSA, Edson Alencar Collares de. Intervenções urbanas e "cidades rebeldes". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 213-215, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n85/15.pdf>> Acesso em 18 out. 2018

BOSCO E SILVA, Luciana; SOUZA, Douglas. **Intervenções Urbanas: experiência no espaço/tempo**, p. 414-420, 2012. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/291355937\\_Intervencoes\\_Urbanas\\_experiencia\\_no\\_espacotempo](https://www.researchgate.net/publication/291355937_Intervencoes_Urbanas_experiencia_no_espacotempo)> Acesso em 18 out. 2018

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922/11177>>. Acesso em: 11 set. 2018.

CASTRO, B; BAUER, B; ROSA, F; PEREIRA, M; MOURA, P. **Desatando nós: Intelectuais Negras**, 2017. Disponível em: <<https://feminagemblog.wordpress.com/2017/09/03/desatando-nos-intelectuais-negras/>> Acesso em 18 out. 2018

CONRADO, Felipe. **"PAPIRO"**: um olhar sobre a atividade editorial independente, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **A urgência da "interseccionalidade"**. São Francisco: TED Talks, 2016. 1 vídeo (19 min), son., color. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/kimberle\\_crenshaw\\_the\\_urgency\\_of\\_intersectionality?language=pt-br&utm\\_campaign=tedsread&utm\\_medium=referral&utm\\_source=tedcomshare](https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br&utm_campaign=tedsread&utm_medium=referral&utm_source=tedcomshare)>. Acesso em: 28 maio 2018.

BRITO, Angela Ernestina Cardoso de; GONÇALVES, Josiele do Carmo. Emprego doméstico e mulheres negras: intersecção entre gênero e raça. In: FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO, 11., 2017, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros: Unimontes, 2017. Disponível em: <<https://www.fepeg.unimontes.br/anais/download/1289>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

E NÃO sou uma mulher? – Sojourner Truth. **Geledés**, São Paulo, 08 jan. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe a um dos lugares de nascimento de minha escrita**, 2018. Disponível em: <<http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>>. Acesso em 18 out. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39 - 62.

GONÇALVES, Viviane. **Nzinga Informativo: a imprensa feminista feita por negras e para negras**, 2016. Disponível em: <<https://medium.com/@demode/nzinga-informativo-a-imprensa-feminista-feita-por-negras-e-para-negras-87eeabed6271>> Acesso em 18 out. 2018

GONZALEZ, Lélia. **Mulher negra**. In: 1985 AND BEYOND: A NATIONAL CONFERENCE, 1984, Baltimore. Proceedings... Baltimore: African American Political Caucus, 1984. Disponível em: <<https://www.4shared.com/s/f15TcWsWN>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, Bell. **"Intelectuais Negras"**. Estudos Feministas/ Dossiê Mulheres Negras, Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>> Acesso em: 31 mar. 2018.

HOOKS, Bell. **Mulheres Negras: Moldando a Teoria Feminista**. In.: Revista Brasileira de Ciência Política, n° 16. Brasília, 2015, p. 193-210.

HÖRNER, Erik. **Inclusão, igualdade e equidade**, 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-dos-colegios-humboldt/inclusao-igualdade-e-equidade/>>. Acesso em 10 jul. 2018.

JOVANOVIC, Rozalia. **A Brief Visual History of Riot Grrrl Zines**, 2010. Disponível em: <<http://flavorwire.com/128822/a-brief-visual-history-of-riot-grrrl-zines/3>>. Acesso em 18 out. 2018

LANG-STANTON, Peter. JACKSON, Steven. **Eugenia: como movimento para criar seres humanos 'melhores' nos EUA influenciou Hitler**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39625619#orb-banner>> Acesso em: 11 de maio de 2018.

LORDE, Audre. **A Litany for Survival**, 1978. Disponível em: <<https://www.poetryfoundation.org/poems/147275/a-litany-for-survival>>. Acesso em 11 set. 2018.

LUCINDA, Elisa. **Carolina de Jesus é literatura sim!**, 2017. Disponível em: <<http://www.publishnews.com.br/materias/2017/04/24/carolina-de-jesus-e-literatura-sim>> Acesso em 18 out. 2018

MORAIS, Fabio. **Sabão**, 2018. Disponível em: <<http://www.plataformaparentesis.com/site/urgente/files/sabao.pdf>> Acesso em 18 out. 2018

MOREIRA, Núbia. **Movimento feminista negro no Brasil**. Campinas: Café Filosófico CPFL, 2016. 1 vídeo (48 min), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TQa0La1YIFw>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais**. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/pesquisa/panorama-da-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil-indicadores-nacionais-e-estaduais-observatorio-da-mulher-contra-violenciasenado-federal-2016/>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites**. Scielo. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a06v1850.pdf>>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

OLIVEIRA, Clordana H. Lima de Aquino; SIQUEIRA, Jonara Medeiros. **Mídia e sociedade: leituras pigmentocráticas acerca da construção da história e notícia**. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 28., 2016, Caruaru. Anais... Caruaru: Intercom, 2016. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-0753-1.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

PAULINO, Rosana. **Textos de minha autoria**, 2009. Disponível em: <<http://www.rosanapaulino.com.br/blog/textos-de-minha-autoria>> Acesso em 18 out. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo Negro e Filosofia**. São Paulo: Mulheres na Política, 2016. 1 vídeo (18 min), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u56gUXbdH2Q>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2017

RIBEIRO, Djamila. **Precisamos romper com os silêncios**. São Paulo: TEDxSaoPauloSalon, 2017. 1 vídeo (10 min), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6JEdZQUmdbc>>. Acesso em: 18 out. 2018.

RIBEIRO, Stephanie. **Eu quero poder ser fraca**. São Paulo: TEDxSaoPauloSalon, 2017. 1 vídeo (7 min), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2EplZVU-N3Y&t=319s>>. Acesso em: 11 set. 2018.

RIOS, Flávia. **Diálogos e diferenças intergeracionais**. In: SEMINÁRIO FEMINISMO NEGRO E FEMINISMO INTERSECCIONAL, 2018, Rio de Janeiro. Palestra... Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

SEKENVICS, Adriano. **Mulheres e feminismo no Brasil**: um panorama da ditadura à atualidade, 2013. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2013/07/11/mulheres-e-feminismo-no-brasil-um-resumo-da-ditadura-a-atualidade/>>. Acesso em 11 de julho de 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

XAVIER, Giovana. **Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta**, 2017. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/07/19/feminismo-uma-pratica-linda-e-preta/?loggedpaywall#?loggedpaywall>>. Acesso em 11 set. 2018.